
Relatório & Contas 2022

An abstract architectural graphic featuring a grid of lines that converge towards a point in the distance, creating a sense of depth and perspective. The grid is composed of dark blue lines on a lighter blue background, forming a series of rectangular shapes that appear to be part of a large, curved structure, possibly a bridge or a modern building facade. The overall effect is one of dynamic movement and geometric precision.

Sobre a CIN

A CIN é uma marca portuguesa e centenária que se distingue, há largos anos, no sector das tintas e vernizes, e cuja relevância no panorama nacional se traduz não só pelo valor económico inerente, mas, e cada vez mais, pela importância dos seus produtos na melhoria da qualidade de vida das populações.

Resultados 2022

388,9M€

Volume de negócios

A aposta contínua no rigor e qualidade da sua oferta tem permitido à CIN responder a inúmeras necessidades e assegurar a permanência da sua liderança no mercado ibérico ao longo das últimas décadas. A conquista progressiva da CIN além-fronteiras é igualmente notória, constituindo-se hoje como uma marca significativa no cenário europeu e mundial.

Em território português, o crescimento da CIN tem sido consolidado, e particularmente resiliente nos últimos anos tendo em consideração as inúmeras perturbações consequentes ao contexto global, nomeadamente, a indisponibilização de matérias-primas e a crise energética, como resultado do conflito na Ucrânia, uma realidade que se mostrou desafiante para variadas indústrias.

Porém, e apesar do contexto adverso, os resultados obtidos nas Unidades de Negócio da marca permitiram que, no final de 2022, a CIN alcançasse um volume de negócios de 388,9 milhões de euros, um aumento de 10,6% face a 2021. 2022 foi um ano de excelente recuperação da Unidade de Negócio de Protecção Anti-Corrosiva, que evidenciou uma performance extremamente positiva e transversal a todas as geografias onde opera, tendo apresentado uma variação positiva de 28,6%. Também de destacar, os resultados alcançados pelo segmento de Construção Civil que atingiu os 228,8M, um aumento de 9,5% face a 2021.

O posicionamento e resultados da CIN são reflexo de uma adaptação permanente à constante evolução do mercado.

“

CIN conta actualmente com um parque de mais de 140 lojas próprias, distribuídas por Portugal, Espanha, Angola e Moçambique e mais de 1800 colaboradores.

O desenvolvimento de novos produtos, ou mesmo a sua reformulação, são fruto da procura incessante da CIN face às novas necessidades e preocupações dos consumidores, sempre no sentido de se manter relevante e preparada para os desafios futuros.

No cenário actual, a evolução tecnológica e a adaptação ecológica são as principais tendências a que a CIN está muito atenta e que trarão vantagens competitivas, pela oportunidade na diversificação da oferta.

Com uma capacidade instalada de 135 mil toneladas, apoiada por 14 centros de armazenamento e distribuição, equivalente a mais de 150 mil metros quadrados de área, a produção é assegurada por 10 fábricas localizadas em Portugal, Itália, Espanha, França, Angola e Moçambique.

Os Centros de I&D da CIN são compostos por distintas áreas de competência que actuam de forma complementar, nomeadamente: estudo de produto, estudo de cor, análise da composição do produto e estudo do comportamento e envelhecimento dos produtos. Estes Centros requerem um investimento anual de 11 milhões de euros, com um total de 180 técnicos especializados espalhados nos 9 500 m² de área de análise, pesquisa e controlo e traduzem a forte aposta em inovação e desenvolvimento da CIN.

A par da inovação, um dos valores mais salientes da estratégia corporativa da CIN prende-se com o respeito pelo meio ambiente, existindo uma preocupação crescente com a minimização do impacto ambiental da sua actividade e com a maior eficiência em todos os processos de produção. Esta realidade está bem patente nas certificações que tem vindo a obter ao longo dos anos, em concreto no âmbito dos seus sistemas de gestão de Qualidade (ISO 9001), Ambiente (ISO 14001) e Higiene, Saúde e Segurança (OHSAS 18001) e numa série de outras iniciativas que a CIN tem vindo a implementar ao longo dos anos.

Em 2022, a CIN abriu cinco novas loja em território português e outras duas em Espanha. No total, a CIN conta actualmente com um parque de mais de 140 lojas próprias, distribuídas por Portugal, Espanha, Angola e Moçambique e mais de 1800 colaboradores.

A CIN no mundo

No mapa Europeu, a CIN figura como o 11º maior fabricante de tintas, tendo sido distinguida pelo European Coatings Journal em Junho de 2022.

Por sua vez, e numa perspectiva mundial, a CIN encontra-se na 35ª posição, atribuída pela prestigiada Coatings World Top Companies Report.

A nível global, o ano de 2022 foi especialmente relevante para a CIN, destacando-se a subida de duas posições no ranking de maior produtor de tintas e vernizes da Europa e quatro posições no ranking mundial.

No mapa Europeu, a CIN figura como o 11º maior fabricante de tintas, tendo sido distinguida pelo European Coatings Journal em Junho de 2022. Por sua vez, e numa perspectiva mundial, a CIN encontra-se na 35ª posição, atribuída pela prestigiada Coatings World Top Companies Report.

A consolidação da marca além-fronteiras é espelho de um investimento contínuo na inovação, rigor e excelência que caracterizam a CIN, o qual tem possibilitado um posicionamento crescente no panorama internacional.

A presença de soluções CIN internacionalmente destaca-se em 2022 pelo número de obras relevantes executadas com o apoio técnico e soluções diversificadas da marca, dos quais assinalámos:

Em Portugal, reabilitação da Estação de Santa Apolónia, Teatro Nacional de São Carlos ou Mosteiro de Alcobaça, Túnel de Águas Santas na Maia, Túnel da Boa Morte na Ribeira Brava, Madeira, a reabilitação do Ponte Luís I, no Porto, Botton Champalimaud Pancreatic Cancer Centre em Lisboa, a pintura da nova garrafa PLUMA inteligente da GALP, e a pintura das novas carruagens da CP.



“

A consolidação da marca além-fronteiras é espelho de um investimento contínuo na inovação, rigor e excelência que caracterizam a CIN, o qual tem possibilitado um posicionamento crescente no panorama internacional.

No mercado Africano, destacámos a requalificação das oficinas dos Caminhos-de-ferro em Luanda, assim como o Hospital Militar de Luanda, o Banco de Nampula, em Moçambique, Kumasi Central Market e Takoradi Market Circle no Gana.

Internacionalmente, em 2022 podemos destacar a presença de produtos CIN nas seguintes infraestruturas:

Jardín Plaza Shopping Mall e o Aeroporto El Embrujo Terminal de Passageiros, na Colômbia; HayMarket, em Dublin; Lojas Zabka, Mercedes Saloon e Tanque PKN Orlen, na Polónia; Centros Logísticos da Amazon em Espanha; presença em obras ferroviárias em Myanmar (MYANNA RAIL), Índia (RAMyA), Alemanha (ZV VRR), e na ampliação da Tranvias em Granada y Zaragoza.

Estes são apenas alguns dos exemplos da presença das soluções de alta qualidade e desempenho dos produtos CIN que comprovam o rigor e acompanhamento técnico-comercial de uma empresa com os olhos postos no futuro.

Construção Civil

Em 2022, a unidade de negócio de Construção Civil destacou-se pelo recorde em vendas, o que foi possível graças ao crescimento do mercado imobiliário, o qual contrabalançou o abrandamento do consumo particular no período pós-pandemia.

A Unidade de Negócio dedicada à Construção Civil, que abrange tintas e vernizes para edifícios aplicadas por profissionais e clientes finais ('Faça Você Mesmo'), é a mais representativa entre os quatro segmentos de mercado em que a CIN actua. Com produção assegurada na Península Ibérica e no continente Africano, a comercialização faz-se através de lojas próprias e distribuidores em Portugal, Espanha (incluindo Canárias), França, Bélgica, Luxemburgo, Suíça, Polónia, Angola e Moçambique.

Em 2022, a Unidade de Negócio de Construção Civil destacou-se por um crescimento assinalável, o que foi possível graças ao crescimento do mercado imobiliário, o qual contrabalançou o abrandamento do consumo particular no período pós-pandemia.

Em Portugal, a CIN reforçou a sua quota de mercado tendo assegurado presença em obras relevantes como a reabilitação da Estação de Santa Apolónia, Teatro Nacional de São Carlos, o Mosteiro de Alcobaça e o Mercado do Bolhão. A robustez adquirida pela integração da marca Sotinco numa estrutura comercial única em também contribuiu fortemente para os resultados alcançados.

Em Itália, os resultados foram igualmente positivos tendo sido registado uma alteração significativa no mix de vendas, que se deslocou para produtos fachadas e sistemas de isolamento térmico, essencialmente como resultado de incentivos governamentais. Apesar deste movimento, houve uma contração no consumo por particulares, especialmente no que

toca a tintas de interior tendo sido verificada uma queda global nas vendas neste segmento. As marcas “Boero” e “Attiva”, orientadas para o segmento profissional, concentraram as suas actividades no relançamento de novos sistemas de cor assim como na conclusão do projecto de desenvolvimento de uma oferta de produtos energeticamente sustentáveis. No segmento de mercado orientado DIY, destacámos a concretização do ambicioso projecto de transformação digital, iniciado em 2020.

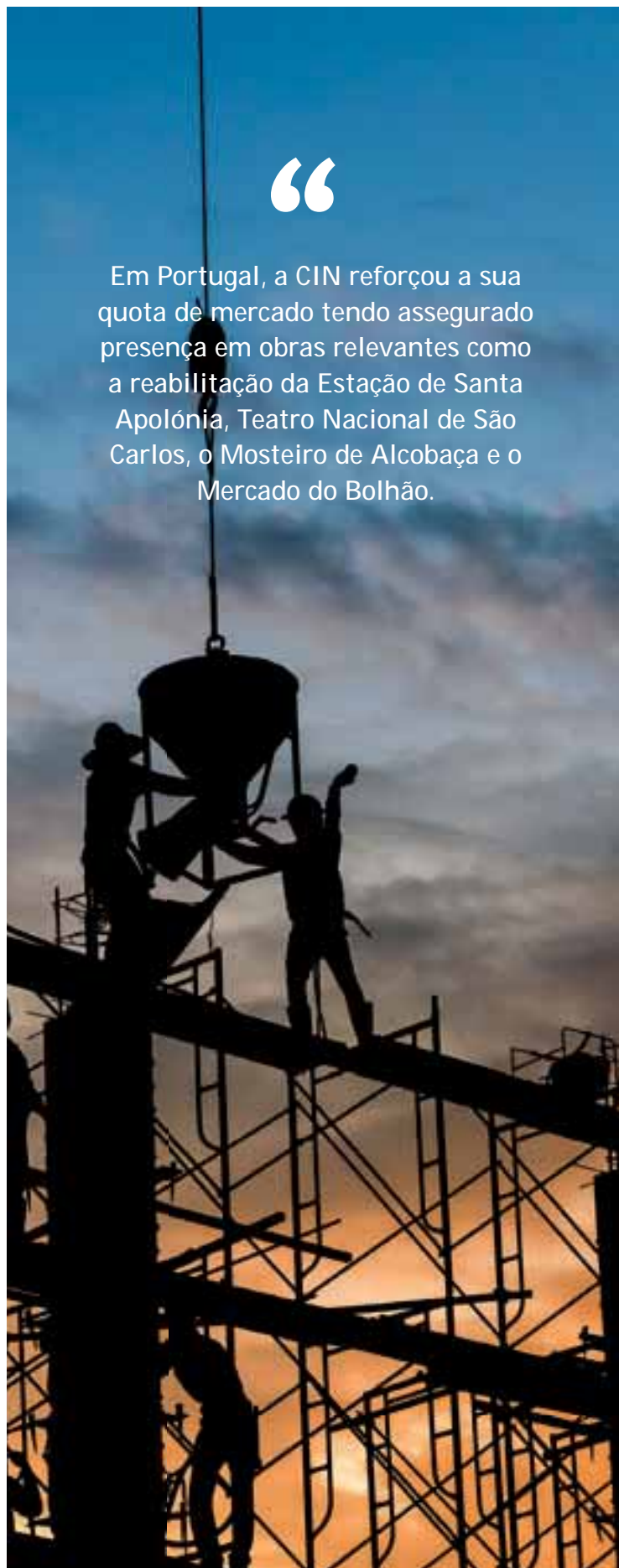
Em Espanha, o cenário não foi tão favorável, tendo sido registado um decréscimo nos resultados obtidos neste segmento. Foram implementadas várias iniciativas estratégicas no sentido de desenvolver o negócio neste território, tendo já sido implementada uma mudança na actual estrutura comercial de forma a actuar mais directa e eficientemente no mercado.

Também de destacar o crescimento do volume de negócios em França. Num mercado altamente concorrencial, a aposta de crescimento tem sido por via de abertura de novos clientes em regiões em forte expansão.

No continente africano, a presença da CIN em Angola foi reforçada por uma forte aposta comercial nas províncias, a par com o investimento em publicidade e marketing, que se materializou, na campanha “Somos as cores de Angola” e na remodelação das lojas do Patriota e da Cónego. No decorrer do ano de 2022 foi também alargado o leque de produtos produzidos localmente, assim como lançado um dos produtos com melhor reputação em Portugal – VinylClean, a tinta mate super lavável e campeã de vendas. Em Moçambique, o crescimento sentido em 2021 foi, uma vez mais, consolidado em 2022, tendo a CIN aumentado o volume de negócios neste território. À semelhança de Angola, destacam-se igualmente os investimentos em publicidade e marketing, através da campanha “Todas as Cores fazem Moçambique”. Também em Moçambique foi lançada a tinta VinylClean, e inaugurada uma nova loja em Nacala, e renovadas as lojas de 24 Julho e Matola, acções que reflectem a forte aposta da CIN no desenvolvimento do negócio nesta geografia.

“

Em Portugal, a CIN reforçou a sua quota de mercado tendo assegurado presença em obras relevantes como a reabilitação da Estação de Santa Apolónia, Teatro Nacional de São Carlos, o Mosteiro de Alcobaça e o Mercado do Bolhão.



Indústria

A Unidade de Negócio de tintas industriais representou, em 2022, 24% da facturação global da CIN, equivalente a um volume de negócios de 94,2 milhões de euros.

A Unidade de Negócio de revestimentos industriais produz e comercializa tintas em pó, para protecção e acabamento de metal, e tintas líquidas, destinadas às mais diversas aplicações industriais. Com unidades de produção em Portugal, Espanha e França, a CIN Indústria serve mais de uma dezena de sectores, nos quais se incluem os componentes para edifícios, os veículos comerciais e industriais ou as embalagens de vidro e plástico. A expansão geográfica e o reforço da carteira de soluções são dois pilares estratégicos para o seu crescimento e consolidação. A Unidade de Negócio de tintas industriais representou, em 2022, 24% da facturação global da CIN, equivalente a um volume de negócios de 94,2 milhões de euros.

Ao longo de 2022 a CIN esteve envolvida em diversos projectos com empresas de referência no sector industrial, tais como a AMTROL - através da pintura da nova garrafa PLUMA inteligente da GALP, a CP - pela pintura das carruagens 3500 de dois pisos - e ACE guas - com a pintura de três fábricas em Portugal e França.



“

A expansão geográfica e o reforço da carteira de soluções são dois pilares estratégicos para o seu crescimento e consolidação.

A CIN Soritec, em Espanha merece igual reconhecimento pelas parcerias que realizou e que possibilitaram a concretização de projectos de relevância como a pintura de garrafas PET para ZARA HOME (através do cliente Mabilien), a pintura de peças automóveis GM para a fábrica do Tennessee (através do cliente Zanini) e ainda a presença em obras ferroviárias com o cliente CAF em MYANNA RAIL (Myanmar), RAMyA (Índia), ZV VRR (Alemanha), Amplicação Tranvias (metro superfície) em Granada y Zaragoza; e com o cliente Hitachi, Trenitalia – projecto Torino.

Relativamente à Sub-Unidade de Negócio de Tintas em Pó, destaca-se a presença da CIN nos edifícios no HayMarket Dublin, Centros Logísticos da Amazon em Espanha, Lojas Zabka na Polónia. De assinalar também, o lançamento do novo catálogo “Arquitectura”, uma colecção de 36 cores inspiradas nos 4 elementos da natureza: terra, ar, água e fogo.

Protecção Anticorrosiva

Em 2022, a Unidade de Negócio de Protecção Anticorrosiva atingiu um volume de negócios de 40,4 milhões de euros, o que representa 10% do negócio global da CIN.

Nesta Unidade de Negócio enquadram-se os revestimentos para protecção de activos e estruturas utilizados em diversos sectores, como Edifícios e Infra-estruturas, Instalações Industriais e de Extracção, Petrolíferas e de Gás, de Energia, e de Águas assim como Indústria Alimentar. Estes mercados, extremamente exigentes, têm levado a CIN a fortalecer cada vez mais o seu investimento estratégico em Investigação & Desenvolvimento & Inovação (I&D&I).

Em 2022, a Unidade de Negócio de Protecção Anticorrosiva atingiu um volume de negócios de 40,4 milhões de euros, o que representa 10% do negócio global da CIN.

Como objectivo para 2022, a CIN priorizou a gestão optimizada de portefólio de produtos com vista à diminuição de referências, com resultado visível na apresentação da nova gama de tolerantes de superfície para estruturas metálicas. A certificação de produtos para os segmentos de mercado em que actua foi também uma aposta, que se quer contínua e que se materializa, entre outros, nos sistemas para categorias de corrosividade e durabilidade muito altas (C5-VH) e para categoria de extrema corrosividade (CX), de acordo com a norma europeia ISO 12944. Sobre este tema, destaca-se o marco obtido pelo primeiro sistema de mercado certificado por laboratório externo, que combina a protecção anticorrosiva e a protecção passiva contra o fogo. É também de salientar o primeiro produto da CIN Performance Coatings com certificação AgBB: C-FLOOR® E245 WB que cumpre

integralmente com os requisitos estabelecidos pelo AgBB, um dos mais importantes dos sistemas europeus de avaliação de emissões de COV para produtos de construção.

No decorrer de 2022 foram lançados novos produtos, dos quais destacámos: na gama C-POX®, o S600 HB, revestimento acrílico de base solvente para betão; o W210 HB, revestimento epóxi aquoso com partículas cerâmicas para protecção de túneis; o PRIMER ZN300, primário epóxi com zinco para protecção anticorrosiva de estruturas metálicas; e MASTIC ST150 e MASTIC ST150 GF, uma nova gama de revestimentos epóxi tolerantes de superfície para estruturas metálicas; na gama C-FLOOR® destacámos o lançamento do E265 WB, um revestimento epóxi aquoso brilhante para pavimentos; e o E400 SL – Versão FD.

2022 foi um ano em que se verificou uma elevada presença de soluções CIN em muitas obras relevantes em Portugal e um pouco por todo o mundo.

Na Protecção de Betão, destacámos o Túnel de Águas Santas na Maia, o Túnel da Boa Morte na Ribeira Brava, Madeira e o Túnel do Oriente, na Colômbia. Em projectos de Protecção Anticorrosiva, os mais relevantes fora, a reabilitação da Ponte Luís I no Porto, as Portagens de Ermesinde, em Valongo, Linha do Minho e Pontes da Linha da Beira Baixa. Nas obras mais emblemáticas destacámos a reabilitação do Mercado do Bolhão, no Porto e a ampliação da Unidade de Produção da Refinaria de Luanda em Angola.

Na Protecção Passiva contra o Fogo, destacam-se o Botton - Champalimaud Pancreatic Cancer Centre em Lisboa, o Mercado do Bolhão no Porto, o Hotel Barceló, Funchal na Madeira, o Convento das Concepcionistas nos Açores, o Hospital Militar de Luanda em Angola, o Jardín Plaza Shopping Mall na Colômbia, o Aeroporto El Embrujado – Terminal de Passageiros na Colômbia, Kumasi Central Market no Gana, Takoradi Market Circle em Gana e Mercedes Saloon na Polónia.

Na Protecção de Tanques e Tubagens, a CIN esteve presente na obra do Tanque PKN Orlen, Polónia.

A Protecção de Pavimentos de Betão foi igualmente accionada em projectos de referência como HOSO Tower no Porto e no Hospital COVID em Luanda.

“

2022 foi um ano em que se verificou uma elevada presença de soluções CIN em muitas obras relevantes em Portugal e um pouco por todo o mundo.



Yachting e Marine

O desempenho dos produtos é concebido para satisfazer as mais diversas necessidades, desde os estaleiros de embarcações mais pequenas, aos estaleiros de SuperYacht.

A Unidade de Negócios Yachting e Marine produz tintas de alta qualidade para qualquer utilização no sector náutico. Através das duas marcas, Boero Yacht-Coatings e Veneziani Yachting (utilizada sob licença da Colorificio Zetagi S.r.l), apresenta uma gama extremamente articulada de produtos para pintura, reparação e manutenção de barcos, capazes de preservar a estética e a funcionalidade. A gama inclui uma linha completa de tintas antivegetativas, desenvolvida para oferecer alto desempenho em todas as condições; primários epóxis que garantem protecção e alta aderência; cargas leves e flexíveis; primários, com uma excelente compactação do filme; e também, vernizes com acabamento brilhante e acetinado, de fácil aplicação em todos os tipos de suportes assim como, agentes de impregnação para o cuidado e manutenção da madeira. O desempenho dos produtos é concebido para satisfazer as mais diversas necessidades, desde os estaleiros de embarcações mais pequenas, aos estaleiros de SuperYacht.

Esta Unidade de Negócio tem como eixos estratégicos de desenvolvimento e aumento da quota de mercado, o aumento da presença em territórios estratégicos, a criação de ferramentas dedicadas ao apoio à venda em canais específicos, assim como o reforço da presença em toda a cadeia de distribuição, sempre apresentando soluções altamente sustentáveis.



“

A Unidade de Negócios Yachting e Marine produz tintas de alta qualidade para qualquer utilização no sector náutico.

2022 foi um ano de actividades importantes para o segmento Yachting. Destacámos as actividades da Veneziani Yachting que se centraram no desenvolvimento acções de promoção da marca com vista ao aumento da notoriedade, assim como no desenvolvimento de ferramentas para aumentar vendas em locais estratégicos. As actividades da Boero YachtCoatings tiveram como foco a optimização da oferta, no sentido de criar uma oferta técnica completa e altamente sustentável para os principais profissionais e estaleiros navais italianos e internacionais.

Entre as novas construções mais importantes na esfera do SuperYacht, destacámos:

- M/Y AL WAAB II, 55m, Estaleiro Alia na Turquia
- M/Y VIKTORIIA, 37m, Estaleiro Tecnomar em Itália
- M/Y OCEANBIRD, 52m, Estaleiro Sanlorenzo, (re-equipamento)

No que respeita ao segmento Marine, a empresa Chugoku-Boat Italy S.p.A., que opera exclusivamente no sector naval, é uma filial da Boero Bartolomeo Spa, para a qual a Boero Bartolomeo Spa produz parte da sua oferta na fábrica de Rivalta Scrivia (AL).



Investigação, Desenvolvimento & Inovação

A CIN continua a desenvolver novos projectos no âmbito de parcerias com várias instituições académicas, nomeadamente FCUP, FEUP, ISEP, UA e UM.

Durante o ano de 2022, a Divisão Técnica do Grupo CIN, constituída por 180 técnicos especializados, esteve envolvida em 95 projectos de I&D dos quais 30% foram concluídos com sucesso. Durante este período foram testadas cerca de 500 novas matérias-primas, foram desenvolvidas e criadas cerca de 3600 novas formulações e feitos cerca de 3750 novos estudos de cor solicitados por clientes.

A Direcção I&D desenvolveu alguns produtos novos dos quais se salientam os seguintes:

Construção Civil

- Aquacin GC200, uma tinta aquosa estireno-acrílica para paredes interiores de gesso cartonado.

Indústria

- Cincoat STO S616 ULF IFC, uma tinta termoendurecível para protecção interior de tambores metálicos.

Protecção Anti-corrosiva

- C-Pox W210 HB, um revestimento aquoso epóxi para a protecção de superfícies em betão de túneis.
- C-Floor E265 HB, uma tinta aquosa epóxi brilhante para pavimentos).
- C-Pox Primer ZN300, um primário epóxi de zinco para protecção anticorrosiva de estruturas de aço.
- C-Pox Primer ZN810, um primário epóxi rico em zinco para protecção anticorrosiva de estruturas de aço.
- C-Pox ST120, um revestimento epóxi multifuncional tolerante de superfície para estruturas metálicas.



“

A Divisão Técnica do Grupo CIN, constituída por 180 técnicos especializados, esteve envolvida em 95 projectos de I&D dos quais 30% foram concluídos com sucesso.

- C-Pox Mastic ST150 GF, um revestimento epóxi multifuncional com partículas de vidro para estruturas com boa resistência à abrasão e corrosão.

A CIN continua a desenvolver novos projectos no âmbito de parcerias com várias instituições académicas, nomeadamente FCUP, FEUP, ISEP, UA e UM.

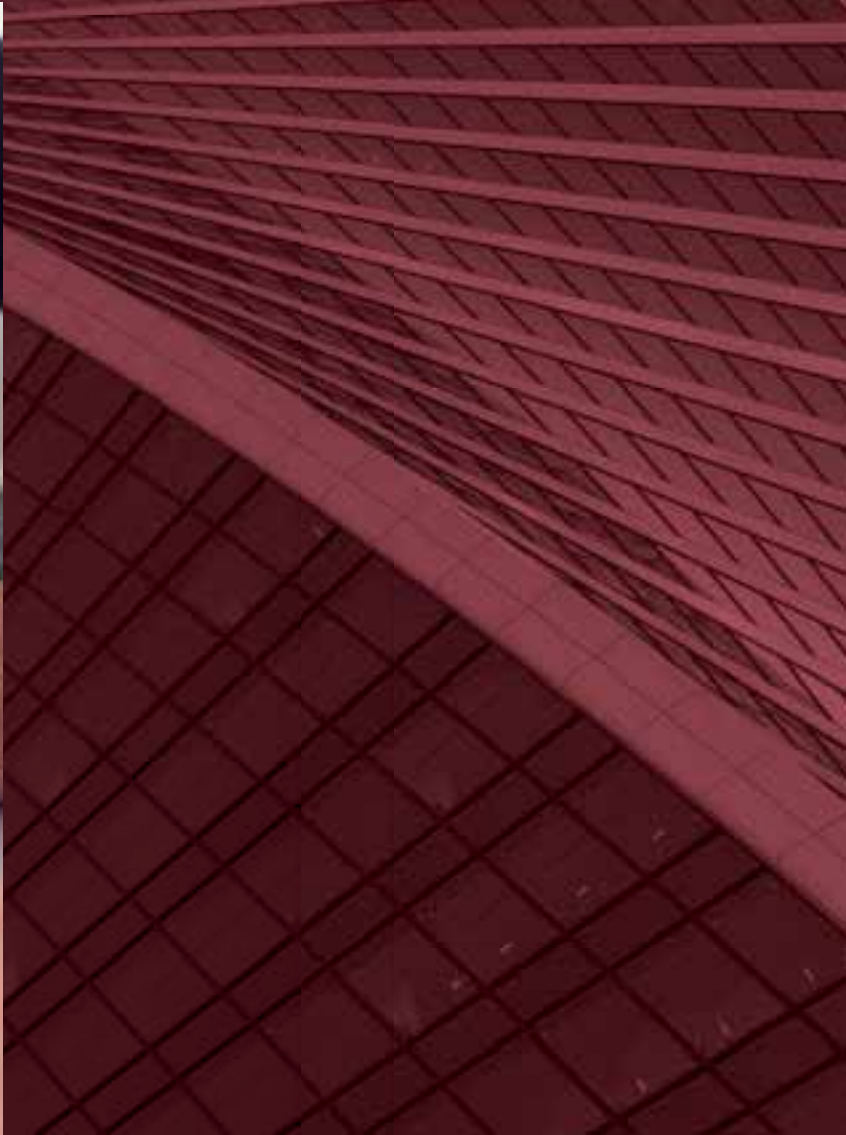
De salientar que em 2022, os custos de homologação e certificação de produtos e esquemas de pintura em laboratórios externos oficiais, ascenderam a cerca de 390m, sendo 30% deste valor relativo a certificações de produtos da Unidade de Negócio de Construção Civil. Relativamente aos investimentos, é importante referir que a aquisição de novos equipamentos atingiu o valor de cerca de 340m, sendo 50% deste valor relativo a equipamentos para o laboratório analítico e para o laboratório de envelhecimento acelerado.

Para finalizar, referir que as despesas da Divisão Técnica do Grupo CIN em 2022 foram cerca de 11M e que as diversas actividades realizadas contribuíram para que os produtos desenvolvidos (novos, modificados e melhorados) nos últimos 3 anos pelos diversos laboratórios de I&D representassem cerca de 13% sobre o volume de vendas de 2022.



Relatório de Gestão





Aos nossos Accionistas,

No cumprimento das obrigações legais e, designadamente, do disposto nos artigos 508-A e 508-C do Código das Sociedades Comerciais, submetemos a V. Exas. o relatório consolidado de gestão, o balanço consolidado, as demonstrações consolidadas de resultados por naturezas e dos fluxos de caixa, e os anexos do exercício de 2022.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A performance económica de 2022 ficou marcada por três factores: a invasão da Ucrânia, o aumento do custo de vida guiado por pressões inflacionistas e o abrandamento da economia chinesa. A guerra na Ucrânia destabilizou profundamente a economia global, desencadeando uma crise energética, com principal impacto na Europa onde o preço do gás natural quadruplicou face a 2021, assim como o aumento do preço dos produtos alimentares nos mercados mundiais. Face às pressões inflacionistas, estimando-se uma inflação de 8,8% em 2022, os bancos centrais iniciaram uma rápida subida das taxas de juro por forma a conter a procura. Por último, a política Zero Covid na China provocou restrições na cadeia de abastecimento que conduziu a um abrandamento do comércio internacional.

Não obstante os obstáculos enunciados, estima-se que o crescimento económico se tenha situado na ordem dos 3,4% face aos 6,1% de 2021. Este resultado foi possível devido ao consumo privado, superior ao expectável, assim como à manutenção de um forte mercado de trabalho a par com apoios estatais. O abrandamento económico foi transversal a todos os países, tendo os EUA crescido 2% e a Zona Euro 3,5% na qual, pelo segundo ano consecutivo, a Alemanha obteve o crescimento mais tímido. Por sua vez a China transitou de um crescimento de 8,1% em 2021 para 3% em 2022.

A economia Portuguesa terá crescido 6,8% durante o ano de 2022, beneficiando de um período de forte recuperação após a acalmia dos efeitos nocivos da pandemia Covid-19. No entanto, na segunda fase do ano houve uma desaceleração a que não foram alheios o crescendo das taxas de inflação sobre bens e serviços e consequente aumento das taxas de juro.

Todavia, o consumo privado mostrou a sua resiliência, decorrente de algumas medidas governamentais de apoio e da poupança acumulada no período Covid, dadas as restrições de movimentação de pessoas, tendo sido o factor principal para o crescimento verificado.

Espanha, um dos países mais penalizados pela crise do Covid-19 devido à importância do sector do turismo que representa 12% do seu PIB, ainda se encontra a recuperar do impacto. O consumo ainda se mantém 5,4% abaixo do período pré-pandémico. O crescimento estimado para 2022 de 5,2%, muito semelhante ao de 2021, esconde uma tendência de arrefecimento da economia, com o crescimento no último trimestre a cifrar-se em 0,2%

A actividade de construção tem-se mostrado resiliente, mas com uma tendência de baixa do preço de venda.

A economia Francesa terá registado um crescimento de 2,6%, muito aquém dos 6,8% de 2021, e muito sustentado na primeira metade do ano, uma vez que na segunda metade os crescimentos trimestrais foram perto de 0%. As causas para este mau desempenho foram as greves em refinarias, prejudicando o abastecimento de combustível no país, assim como problemas na manutenção das suas centrais nucleares que cortou a produção de energia para níveis de há 30 anos, penalizando o PIB em -0,4%. Ao contrário dos restantes países da União Europeia, prevê-se que o pico da inflação ocorra em 2023, fruto do término de políticas fiscais sobre o preço de energia que contiveram em 2022 o aumento em apenas 4% mas que se estima em 15% para 2023.

Em Itália, apesar do forte impacto do aumento do preço da energia na segunda metade do ano, que levou a uma queda do consumo interno e do investimento, culminando até numa possível contracção do PIB no último trimestre, estima-se um crescimento anual de 3,9%. Este é sustentado pela procura interna, assente num mercado laboral muito forte, em níveis pré-pandemia, e pelo investimento no mercado imobiliário.

Angola com um crescimento expectável de 3% em 2022, releva o segundo ano em crescimento após uma recessão de 5 anos. Embora a economia relacionada com o sector petrolífero tenha contribuído positivamente, fruto do aumento do preço do petróleo, chegando a valorizar 80% no primeiro trimestre de 2022, realça-se o contributo do sector não petrolífero, nomeadamente a Agropecuária, indústria esta com investimentos significativos previstos para 2023. Adicionalmente, a taxa de desemprego ficou perto dos 30% o que coloca Angola como um dos países africanos com maior taxa de desemprego.

A melhoria de actividade na extracção mineira seguida pela recuperação no sector de hotelaria e turismo sustentou o crescimento de 4,1% da economia Moçambicana.

ACTIVIDADE 2022

Mercados

O volume de negócios do Grupo ascendeu a 388,9M€ em 2022, o que representa um aumento de 10,6% face ao ano anterior.

Por mercados, em Portugal as vendas cresceram 3,6%, evidenciando uma performance positiva nos segmentos de Decorativos (+4,1%) e Protective (+14,6%) e com uma diminuição em Indústria de 5,5%, essencialmente na unidade de tintas em pó.

Em Espanha, as vendas diminuíram 2,6%, diminuição concentrada nos segmentos de Decorativos e Indústria, tendo o segmento Protective contrariado esta tendência e crescido a um ritmo robusto de 13,5%. De acordo com a percepção que temos do mercado, melhorámos a nossa performance em valor, com alguma perda em volume.

França, releva um crescimento de 10,1% no volume de negócios tendo o segmento de Indústria crescido 9,2%, embora com performances distintas por empresa, tendo a Cin Celliose evidenciado um ritmo de crescimento mais robusto. O segmento de decorativos teve um comportamento extremamente positivo, de 25%, e o yachting registou um aumento de 4%.

No mercado Italiano as vendas aumentaram 16,2%, tendo esta excelente performance sido transversal aos três segmentos de negócio.

Os mercados Angolano e Moçambicano cresceram significativamente em 2022, respectivamente 77,2% e 28,4%. O crescimento é transversal a todos os segmentos de negócio contudo, o mesmo foi também influenciado pela forte apreciação das moedas locais face ao EUR.

O mercado de exportação aumentou 18%, sustentado no crescimento nos segmentos de Protective e Indústria. O segmento de Protective duplicou o volume de negócios, pelo excelente desempenho para mercados de África e América Central. O segmento de Indústria cresceu fundamentalmente no mercado Alemão e Italiano. Em contraponto, no segmento de Decorativos houve uma redução do negócio face ao período homólogo.

Unidades de Negócio (U.N.)

Na **U.N. de Decorativos** o volume de negócios aumentou 9,5% relativamente ao período comparativo do ano anterior.

Em Portugal, as vendas cresceram 4,1%, o que representa um desempenho superior ao evidenciado pelo mercado, que perspectivamos tenha crescido 1,5%. Já decorrente da tendência evidenciada no ano anterior, esta evolução incorpora um aumento relevante do preço médio de venda, efeito consequente ao aumento do custo das matérias-primas ao longo dos dois últimos anos.

Em Espanha, as vendas de decorativos diminuíram 8,3%, quebra concentrada no canal da distribuição moderna, penalizada pela cessação de um contrato relevante de fornecimento, e em menor grau na distribuição tradicional já que as vendas directas relevaram um crescimento com significado.

Em França, o segmento Deco releva um aumento de 25%, retomando níveis de crescimento relevantes evidenciados no período pré-Covid.

Em Angola, a unidade de decorativos aumentou o montante de vendas em 78% em Euros, evolução impulsionada pela valorização cambial média verificada, sendo a performance equitativa nos diversos canais de distribuição.

Em Moçambique, neste segmento, o volume de negócios cresceu 25,7%, suportado por obras e produtos de maior valor que caracterizaram a actividade neste exercício, mas também sustentado na valorização cambial média do Metical.

Em Itália, o segmento de decorativos registou um robusto crescimento de 15,6%, concentrado na evolução dos produtos para exterior e beneficiando do dinamismo dos produtos ETICS, sujeitos a apoios públicos enquadrados em medidas de melhoria da eficiência energética dos edifícios.

Na exportação de decorativos as vendas diminuíram 11,3%, devido à diminuição de negócios com mercados pontuais efectuados em 2021, nomeadamente China e Iraque.

O volume de negócios da **U.N. Indústria** aumentou 4,8%, assente essencialmente no desempenho da área de tintas líquidas, dado que o segmento de tintas em pó registou uma evolução marginal.

Em França o crescimento foi de 9,2%, em linha com o evidenciado no ano anterior e sustentado na evolução da actividade da CIN Celliose, tendo a Cin Monopol evidenciado um crescimento mais modesto. Portugal e Espanha registaram uma quebra em torno dos 4,5%, fundamentalmente nas tintas em pó, sector mais penalizado pela volatilidade de preços e escassez de matérias-primas. Nos restantes mercados, com menor relevância em valor absoluto, de realçar o excelente desempenho em Angola e Moçambique.

As vendas nos mercados de exportação aumentaram 11,8%, devido essencialmente ao dinamismo dos mercados Alemão e Italiano.

A **U.N. Protective Coatings** evidenciou uma performance extremamente positiva e transversal a todas as geografias onde intervimos mas com um claro destaque para o comportamento nos mercados externos. Globalmente as vendas aumentaram 28,6%. Em Portugal e Espanha, principais mercados, as vendas cresceram cerca de 14%, mas a actividade manteve-se condicionada pelos aumentos consecutivos de preços de venda e disrupções pontuais nas cadeias de abastecimento. Nos restantes mercados, de destacar a evolução em Angola, México e Moçambique onde o crescimento ascendeu a 83%, 87% e 63% respectivamente.

A exportação desta U.N. registou um fortíssimo aumento de 113%, sustentados em mercados como o Gana, Republica Dominicana e RD do Congo.

Na **U.N. Yachting** as vendas aumentaram 11,5%, suportadas num bom desempenho quer no mercado interno italiano quer na Exportação, tendo o mercado Francês crescido de forma mais modesta.

Visão Financeira

Nota prévia: A performance operacional nos anos em análise está afectada por movimentos não recorrentes, cujos efeitos estão expurgados no quadro e texto seguintes.

Indicadores financeiros consolidados recorrentes

Valores expressos em M€	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Variação % 22 / 21
Vendas e prestações de serviços	388,9	351,7	10,6%
Margem bruta em valor	190,5	183,9	3,6%
Margem bruta percentual	49,0%	52,3%	
Fornecimentos e serviços externos	64,7	60,3	7,3%
Custos com pessoal recorrentes	73,5	71,9	2,2%
Outros custos (proveitos) operacionais recorrentes	-0,3	0,5	-151,1%
EBITDA Recorrente	52,6	51,2	2,8%
Amortizações e depreciações	18,0	17,8	1,2%
Provisões e perdas por imparidade	1,1	0,3	253,5%
EBIT Recorrente	33,4	33,0	1,2%
Resultados não recorrentes	0,7	0,1	1044,1%

O volume de negócios consolidado do Grupo ascendeu a 388,9M€, o que representa um aumento de 10,6% face a 2021.

A margem bruta percentual manteve a tendência de redução, já evidenciada no exercício anterior, de 52,3% para 49,0%, decorrente do acentuado aumento do preço das matérias-primas ocorrido, embora com maior ênfase no início do ano, que não foi possível de repercutir ao mercado em igual magnitude e ritmo. Esta evolução da margem percentual foi também influenciada por efeitos mix relevantes, nomeadamente o crescimento acentuado verificado na unidade de protective coatings e em Itália pelo desempenho relevante dos produtos de isolamento de fachadas. As repercussões na rentabilidade induzidas por esta quebra concentraram-se essencialmente no mercado europeu, já que nas operações desenvolvidas em Angola e Moçambique a margem percentual evoluiu positivamente. A margem bruta em valor, de 190,5 M€ regista um aumento de 3,6% em relação a 2021.

O montante relativo a fornecimentos e serviços externos espelha um aumento relevante face a 2021, de 7,3%, reflectindo a pressão inflacionista verificada em 2022, nomeadamente em rubricas associadas a energia, transportes e deslocações.

Os custos recorrentes com pessoal aumentaram ligeiramente em 2,2%, reflectindo a progressão salarial anual corrente, dado que o número de colaboradores no Grupo manteve-se essencialmente inalterado face ao ano anterior. Os outros custos e proveitos operacionais recorrentes líquidos evoluíram favoravelmente, beneficiando em algumas geografias dos apoios estatais ao aumento dos custos indexados à componente energética.

Neste enquadramento o EBITDA recorrente cifrou-se em 52,6M€, que compara com o valor de 51,2M€ de 2021, registando assim um aumento de 2,8%.

O montante de amortizações e depreciações cresceu marginalmente face ao ano anterior. Já as provisões e perdas por imparidades cresceram com significado, maioritariamente associadas à componente de inventários e contas a receber. Neste enquadramento o EBIT recorrente situou-se nos 33,4M€ o que revela um ligeiro aumento de +1,2% face ao período comparativo do ano anterior.

Os custos financeiros cresceram com significado devido à conjugação do aumento do endividamento médio bruto com o alargamento da maturidade dos empréstimos, o que foi mitigado pela cobertura do risco de taxa de juro bem como pela tomada de fundos a taxa fixa. Os proveitos financeiros aumentaram expressivamente, em resultado dos rendimentos obtidos de empresas associadas.

Os resultados não recorrentes no montante de 0,7M€ referem-se essencialmente ao montante das mais-valias resultantes de vendas de activos fixos, deduzidas de custos com rescisões contratuais enquadradas em processos de reestruturação do quadro de pessoal.

A estimativa de imposto sobre lucros aumentou com relevância face ao ano anterior, decorrente de: em Portugal ter-se registado no ano anterior um montante superior de benefícios fiscais, em Angola termos tido uma melhoria significativa do desempenho operacional, e em Itália ter-se conjugado uma melhor performance operacional com o aumento da taxa efectiva de imposto.

Em resultado da actividade anteriormente descrita o resultado líquido do exercício, no montante de 21,9M€, situa-se ao mesmo nível do apresentado em 2021.

Em termos de fluxos de tesouraria, em 2022, o grupo libertou fundos pelas actividades operacionais de 21,3M€, valor significativamente abaixo do obtido em 2021, justificado, essencialmente, pelo aumento dos pagamentos realizados a fornecedores, em resultado do reforço de inventários e maior custo das matérias-primas, bem como pelo o aumento dos fornecimentos e serviços externos.

Os pagamentos de impostos sobre o rendimento aumentaram, decorrente de o resultado se concentrar em geografias com maior carga fiscal e pelo maior volume de pagamentos feitos por conta durante o ano de 2022.

Nas actividades de investimento despenderam-se em termos líquidos 1,9M€. Em activos fixos tangíveis e intangíveis investiram-se 9,6 M€, essencialmente em projectos relativos à área de operações, maioritariamente em Portugal, na segunda e terceira fases de *revamping* da fábrica da Maia, e em Itália, na fábrica de Rivalta. Alienaram-se activos fixos por 5,1 M€, essencialmente imóveis nas Canárias, em Angola e em Itália, bem como a fracção restante das propriedades de

investimento que tinham sido objecto de projectos imobiliários nos exercícios anteriores. Adicionalmente alienaram-se, em termos líquidos, 1,1M€ de investimentos em carteira detidos para negociação e avaliados a justo valor em mercado regulado. Ainda na componente de investimentos receberam-se dividendos de 1,2 M€, decorrentes principalmente da participação detida no Grupo Media Capital.

Relativamente às actividades de financiamento, registaram-se pagamentos de encargos financeiros líquidos de 4,3 M€, passivos de locação de 6,2M€ e dividendos de 7,8 M€. Neste quadro reforçou-se a utilização de linhas de financiamento em 4,7M€.

O total do activo atingiu os 428,7M€, valor que reflecte um aumento de 17,1M€ face a 2021. No activo não corrente, embora com uma variação marginal, verifica-se um aumento de 5,1 M€ devido ao registo em 2022 de dois contratos de fixação de taxa de juro. Este aumento foi contrabalançado pelo registo de uma imparidade no exercício sobre os ativos não correntes de 5,5M€.

Os activos correntes aumentaram com significado em 2022, fundamentalmente pelo acréscimo relevante de clientes, em linha com o crescimento do volume de negócios, e dos inventários, neste caso essencialmente efeito preço. Os outros activos financeiros correntes, mensurados a justo valor, baixaram 2,7 M€ e os montantes de caixa e equivalentes aumentaram 6,2 M€.

O total do passivo de 299,2M€ espelha um ligeiro aumento face a 2021. A componente não corrente do passivo aumentou no entanto com significado, devido fundamentalmente ao reforço das linhas de financiamento de médio prazo, fundamentalmente empréstimos obrigacionistas, mas também pelo aumento das responsabilidades com pensões, resultantes de alterações aos pressupostos actuariais de base e alteração regulatória promovida pela ASF, e ainda das rubricas de locações operacionais e impostos diferidos passivos, neste caso inerentes à valorização de derivados de cobertura.

Já o passivo corrente registou uma diminuição expressiva, justificada pela componente corrente dos financiamentos, em resultado da sua substituição por linhas de carácter estrutural, e pelo montante a pagar a fornecedores, decorrente da quebra de compras e inventários ocorrida no final do ano, dado os sinais de estabilização no movimento de escalada de preços de matérias-primas. De referir ainda a redução nas rubricas de outros passivos correntes, influenciada no exercício anterior por despesas de índole comercial adiadas no contexto da pandemia Covid-19, e de provisões, cujo montante foi reajustado aos riscos actuais do negócio. Ainda na componente corrente do passivo de relevar o aumento das outras dívidas a terceiros, devido aos valores a pagar a fornecedores de investimentos, pela evolução do projecto em curso na fábrica da Maia.

O montante dos capitais próprios atribuíveis aos accionistas totaliza 117,1 M€ o que reflecte um aumento relevante face ao ano de 2021, e incorpora, além do resultado do período e da distribuição de dividendos, impactos positivos relevantes decorrentes da evolução cambial em Angola e da evolução das reservas de cobertura de risco de taxa de juro, mas também impactos negativos, embora em menor grau, pela imparidade registada nos activos não correntes no exercício, assim como pela diminuição das reservas de justo valor dos activos financeiros correntes, consequente às perdas registadas nos mercados financeiros no ano de 2022.

Os interesses sem controlo, que ascendem a 12,3M€, reflectem maioritariamente a percentagem não detida na Boero Bartolomeo.

MERCADOS FINANCEIRO E MONETÁRIO

O ano de 2022 foi um dos mais desafiantes para os mercados financeiro e monetário, efectivamente foi a 4ª vez em 100 anos que quer o mercado de acções quer o mercado obrigacionista caíram simultaneamente mais de 15%.

O efeito da guerra desequilibrou os drivers do mercado de energia, tornando visível, o que já se notava timidamente, as pressões inflacionistas.

Devido a este aumento galopante dos preços os bancos centrais deram início a uma espiral de aumento das taxas de juro por forma a conter a procura, tendo-se reflectido num aumento das taxas de juro de 400pp nos EUA e 250pp na Zona Euro. Adicionalmente, fruto das pressões inflacionistas constatadas ainda no início de 2023, estão previstos novos aumentos.

Em resultado da subida das taxas de juro, os mercados financeiros mundiais sofreram uma desvalorização de 20%, com o índice de acções de todo o mundo (MSCI World) a desvalorizar 17% enquanto que o SP500 e o EUROSTOXX desvalorizaram 18% e 19% respectivamente.

Simultaneamente, verificou-se uma apreciação do Dólar Americano face às restantes moedas com a desvalorização do Euro a atingir os 6%. Tal tendência, embora contribua para o controlo da inflação nos EUA, transfere a inflação para os países com maiores relações comerciais, como é o caso da Zona Euro.

Neste quadro a CIN negociou coberturas de taxa de juro para uma componente percentualmente robusta da sua dívida assim como procedeu ao alargamento de maturidades dos seus empréstimos.

DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

O Grupo tem definido o princípio de distribuir entre 35% a 60% do resultado líquido, de forma a garantir recursos estáveis para cobrir as necessidades de financiamento do seu crescimento.

Num quadro macroeconómico e de mercado bastante complexo o Grupo conseguiu manter níveis elevados de performance, em linha com a concorrência internacional.

O Conselho de Administração entende que o ano de 2023 será de elevada volatilidade pelo irá propor à Assembleia Geral que se distribua um dividendo no mesmo patamar do ano passado, ou seja 7,5MEuros, representando 30 cêntimos por acção.

ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

1) Composição do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é actualmente composto por sete membros, seis dos quais representantes do accionista e um administrador independente. Os administradores executivos têm uma responsabilidade directa nas operações de negócio, enquanto os não-executivo têm a responsabilidade de fazer uma avaliação independente e objectiva das decisões do Conselho.

2) Política de Remuneração dos Membros do Conselho

A remuneração do Conselho assenta em 3 pilares:

- Uma remuneração fixa mensal;
- Um incentivo anual, baseado num esquema de avaliação assente em objectivos definidos;
- Incentivos de longo prazo, estabelecidos de acordo com as melhores práticas do mercado,

que são estabelecidos pela Comissão de Remunerações, constituída pelos Presidentes da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração.

PERSPECTIVAS

O crescimento verificado em 2022 excedeu a visão pessimista dominante, o que não terá sido alheio um 4º trimestre relativamente ameno, o que permitiu um forte abaixamento dos preços de energia. Todavia, a inflação base continua bastante elevada na maioria dos Países pelo que são expectáveis novos aumentos de taxa de juro e a sua manutenção por tempo alargado no futuro, antes de voltarmos a uma fase de redução de taxas.

É expectável que os EUA sofram os efeitos de uma recessão – apenas o grau de severidade é discutido. Na Europa os indicadores base denotam melhorias, mas continuam em território negativo pelo que se espera um crescimento anémico que poderá melhorar com a abertura da China que poderá trazer cerca de 0,3% ao PIB.

Antevemos um ano bastante volátil em que várias forças poderão potenciar o grau e a extensão no tempo da volatilidade: inflação alta; riscos geopolíticos - decoupling China vs EUA; guerra na Ucrânia; redução de liquidez.

Neste quadro entendemos que fará sentido consolidar a resiliência que já nos é reconhecida de forma a responder positivamente aos choques e adversidades que se avizinham ao mesmo tempo que devemos adaptarmo-nos para a fase de crescimento.

A preservação de cash é fundamental pelo que daremos especial ênfase ao controle de custos

Normalmente olhamos para os custos na perspectiva dos “costs to serve” e não na base das prioridades de negócio e redefinição do seu modelo pelo que começámos este ano o mapeamento

dos custos de 4 classificações: mandatórios, core, críticos e não críticos. O objectivo será anular os não críticos, pôr em causa os críticos e otimizar as outras 2 categorias.

Para responder às oportunidades que surgem sempre nestes momentos, desde que encaixem no nosso modelo estratégico, demos passos durante 2022, reestruturando o balanço de forma a garantir capacidade de meios financeiros necessários a tal desiderato.

Continuaremos a redefinir a nossa *supply chain* de forma a garantir estabilidade de fornecimentos.

Ao mesmo tempo o plano de investimentos que arrancou o ano passado aumentará a nossa produtividade, preservando capacidade de crescimento.

Por seu turno, Iremos desinvestir em negócios marginais.

Em termos de mercado estamos moderadamente optimistas, essencialmente concentrados na recuperação de margem bruta, esperando redução em termos de volumes.

Olharemos com particular cuidado o mercado Espanhol, onde temos um posicionamento mais débil, consolidando o esforço que temos vindo a fazer naquele mercado.

INFORMAÇÕES DIVERSAS

Dando cumprimento à legislação, nomeadamente, ao artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, informamos que:

- Não foram adquiridas ou alienadas acções próprias durante o exercício;
- Não existiram negócios entre a sociedade e os seus Administradores;
- Em 31 de Dezembro de 2022 não existiam sucursais.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgação nas contas do exercício.

AGRADECIMENTOS

Aos nossos Clientes, razão principal da nossa existência, uma palavra de apreço pela confiança que nos têm manifestado e pela colaboração prestada no desenvolvimento dos nossos produtos.

Aos nossos Colaboradores, agradecemos o empenho, a colaboração, a competência demonstrada e a forma entusiástica como têm respondido ao esforço de crescimento e transformação da empresa.

Às Instituições de Crédito e aos nossos Fornecedores, o nosso reconhecimento pela forma como nos têm apoiado.

Ao Conselho Fiscal, Revisor Oficial de Contas e aos nossos Auditores, os nossos agradecimentos pelo conselho sempre disponível e competente.

Maia, 28 de Fevereiro de 2023

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Fialho Martins Serrenho
Presidente

João Luís Baldaque Da Costa Serrenho
Vice-Presidente

Maria Francisca Fialho Martins Serrenho Bulhosa
Vogal

Maria João Serrenho dos Santos Lima
Vogal

Ângelo Barbedo César Machado
Vogal

Fernando Jorge De Almeida Ferreira
Vogal

Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro
Vogal

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	IAS/IFRS 31/12/2022	IAS/IFRS 31/12/2021
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Goodwill	7	24 663 890	24 663 890
Activos intangíveis	8	30 565 044	31 441 866
Activos fixos tangíveis	6	103 039 361	110 333 915
Propriedades de investimento	10	9 158 389	9 705 964
Investimentos em associadas	3	10 407 954	10 305 706
Instrumentos financeiros derivados	11, 12	5 126 717	-
Outros activos financeiros	11, 13	1 373 354	1 525 707
Direitos de uso	9	12 935 671	10 415 293
Activos por impostos diferidos	14	4 802 941	3 461 764
Clientes	11, 17	569 000	725 000
Outros activos não correntes	11, 15	553 288	518 842
Total de activos não correntes		<u>203 195 609</u>	<u>203 097 948</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Inventários	16	80 147 119	74 264 869
Clientes	11, 17	79 731 295	71 981 962
Outras dívidas de terceiros	11, 18	4 051 455	5 019 265
Estado e outros entes públicos	28	3 966 908	3 924 505
Outros activos correntes	11, 19	2 890 946	2 014 072
Outros activos financeiros	11, 13	7 086 355	9 842 950
Caixa e equivalentes a caixa	11, 20	47 590 247	41 385 237
Total de activos correntes		<u>225 464 326</u>	<u>208 432 858</u>
Total do activo		<u>428 659 936</u>	<u>411 530 806</u>
CAPITAL PRÓPRIO, PASSIVO E SEM CONTROLO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	21	25 000 000	25 000 000
Reserva legal	22	5 000 000	5 000 000
Reservas de reavaliação	22	2 758 445	2 758 445
Reservas de conversão cambial	22	(22 313 089)	(24 316 586)
Reservas de cobertura	22	3 973 206	-
Reservas de justo valor	22	(782 384)	251 077
Outras reservas		81 673 933	73 058 162
Resultado líquido consolidado do exercício		21 854 302	21 948 718
		<u>117 164 413</u>	<u>103 699 817</u>
Interesses sem controlo	23	12 285 122	12 029 484
Total do capital próprio		<u>129 449 535</u>	<u>115 729 300</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos obtidos	11, 24	164 358 569	129 735 748
Locação operacional	9, 11	8 186 822	6 131 340
Responsabilidades com pensões	25	6 922 624	5 012 076
Provisões	30	1 238 000	1 261 000
Passivos por impostos diferidos	14	11 600 867	10 118 759
Total de passivos não correntes		<u>192 306 881</u>	<u>152 258 923</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos obtidos	11, 24	18 598 759	48 132 606
Locação operacional	9, 11	5 034 791	4 496 571
Fornecedores	11, 26	57 076 997	62 969 156
Outras dívidas a terceiros	11, 27	6 755 707	5 090 420
Estado e outros entes públicos	28	7 517 610	7 937 595
Outros passivos correntes	11, 29	10 201 393	11 663 232
Provisões	30	1 718 262	3 253 003
Total de passivos correntes		<u>106 903 519</u>	<u>143 542 582</u>
Total do passivo e capital próprio		<u>428 659 936</u>	<u>411 530 806</u>

O Anexo faz parte integrante da Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2022.

A TÉCNICA DE CONTAS Nº 63002

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paula Macedo

João Manuel Fialho Martins Serrenho
Presidente

João Luís Baldaque da Costa Serrenho
Vice Presidente

Maria Francisca Fialho Martins Serrenho Bulhosa
Vogal

Maria João Serrenho dos Santos Lima
Vogal

Ángelo Barbedo César Machado
Vogal

Fernando Jorge de Almeida Ferreira
Vogal

Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro
Vogal

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	IAS/IFRS 31/12/2022	IAS/IFRS 31/12/2021
Proveitos operacionais:			
Vendas	31	387 746 378	350 651 254
Prestações de serviços	31	1 198 000	1 003 000
Outros proveitos operacionais	32	5 827 158	12 335 698
Ganhos / (perdas) em associadas	3	-	(212 466)
Total de proveitos operacionais		<u>394 771 537</u>	<u>363 777 486</u>
Custos operacionais:			
Custo das vendas	16	190 508 808	168 277 938
Variação da produção	16	7 892 475	(492 447)
Fornecimentos e serviços externos		64 704 763	60 277 544
Custos com o pessoal		74 491 846	73 742 352
Amortizações e depreciações	6, 8 e 9	18 038 431	17 817 501
Provisões e perdas por imparidade	30	1 102 231	6 298 678
Outros custos operacionais		3 855 251	4 964 251
Total de custos operacionais		<u>360 593 805</u>	<u>330 885 817</u>
Resultados operacionais		34 177 732	32 891 669
Gastos financeiros	33	(5 483 542)	(4 352 311)
Rendimentos financeiros	33	1 913 005	302 432
Resultados antes de impostos		30 607 195	28 841 790
Impostos sobre o rendimento	34	(8 155 125)	(6 292 849)
Resultado líquido consolidado do exercício		<u><u>22 452 070</u></u>	<u><u>22 548 941</u></u>
Atribuível:			
ao Grupo		21 854 302	21 948 718
a interesses sem controlo	23	597 768	600 223
		<u><u>22 452 070</u></u>	<u><u>22 548 941</u></u>
Resultados por acção:			
Básico	36	0,874	0,878
Diluído	36	0,874	0,878

O Anexo faz parte integrante da demonstração consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

A TÉCNICA DE CONTAS Nº 63002

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paula Macedo

João Manuel Fialho Martins Serrenho
Presidente

João Luís Baldaque da Costa Serrenho
Vice Presidente

Maria Francisca Fialho Martins Serrenho Bulhosa
Vogal

Maria João Serrenho dos Santos Lima
Vogal

Ângelo Barbedo César Machado
Vogal

Fernando Jorge de Almeida Ferreira
Vogal

Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro
Vogal

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ATIVIDADES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Montantes expressos em Euros)

	Capital social	Reservas						Interesses sem controlo	Resultado líquido	Total
		Reserva legal	Reservas de reavaliação	Reservas de conversão cambial	Reservas de cobertura	Reservas de justo valor	Outras reservas			
Saldos em 1 de Janeiro de 2022	25 000 000	5 000 000	2 758 445	(24 316 586)	-	251 078	73 058 162	56 751 099	21 948 718	115 729 302
Aplicação do resultado consolidado de 2021 : Transferência para Outras reservas	-	-	-	-	-	-	14 448 718	14 448 718	(14 448 718)	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	(7 500 000)	(7 500 000)
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	2 003 497	3 973 206	(1 033 461)	(1 817 391)	3 125 851	21 854 302	25 577 921
Outros	-	-	-	-	-	-	(4 015 557)	(4 015 557)	(342 131)	(4 357 687)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	25 000 000	5 000 000	2 758 445	(22 313 089)	3 973 206	(782 384)	81 673 933	70 310 112	21 854 302	129 449 535
Saldos em 1 de Janeiro de 2021	25 000 000	5 000 000	2 758 445	(22 076 239)	(160 811)	283 732	67 591 007	53 396 134	13 692 609	92 086 097
Aplicação do resultado consolidado de 2020 : Transferência para Outras reservas	-	-	-	-	-	-	7 692 609	7 692 609	(7 692 609)	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	(6 000 000)	(6 000 000)
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(2 240 347)	160 811	(8 973)	(1 664 096)	(3 752 605)	21 948 718	18 796 335
Impacto da aquisição participação Grupo Boero Bartolomeo (Nota 5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11 762 603
Outros	-	-	-	-	-	(23 681)	(561 357)	(585 038)	(330 696)	(915 735)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	25 000 000	5 000 000	2 758 445	(24 316 586)	-	251 078	73 058 162	56 751 099	21 948 718	115 729 300

O Anexo faz parte integrante desta demonstração consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

A TÉCNICA DE CONTAS Nº 63002

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paula Macedo

João Luis Baldaque da Costa Serrenho
Vice Presidente

João Manuel Fialho Martins Serrenho
Presidente

Ângelo Barbedo César Machado
Vogal

Maria João Serrenho dos Santos Lima
Vogal

Fernando Jorge de Almeida Ferreira
Vogal

Maria Francisca Fialho Martins Serrenho Bulhosa
Vogal

Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro
Vogal

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Montantes expressos em Euros)

	<u>IAS/IFRS</u> <u>31/12/2022</u>	<u>IAS/IFRS</u> <u>31/12/2021</u>
Resultado consolidado líquido do exercício, incluindo interesses sem controlo	22 452 070	22 548 941
Outro rendimento integral:		
Itens que futuramente serão reclassificados para o resultado líquido:		
Ganhos e perdas atuariais líquidas	(1 817 391)	(1 664 096)
Variação do justo valor dos investimentos financeiros de cobertura:		
Variação no valor bruto do activo (nota 12)	5 126 717	212 281
Variação nos impostos diferidos (nota 14)	(1 153 511)	(51 470)
Variação nas reservas de conversão cambial	2 003 497	(2 240 347)
Variação nas reservas de justo valor	(1 033 461)	(8 973)
Rendimento integral consolidado do exercício	<u>25 577 921</u>	<u>18 796 335</u>

O Anexo faz parte integrante desta demonstração consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

A TÉCNICA DE CONTAS N.º 63002

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paula Macedo

oão Manuel Fialho Martins Serrenho
Presidente

João Luís Baldaque da Costa Serrenho
Vice Presidente

Maria Francisca Fialho Martins Serrenho Bulhosa
Vogal

Maria João Serrenho dos Santos Lima
Vogal

Ângelo Barbedo César Machado
Vogal

Fernando Jorge de Almeida Ferreira
Vogal

Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro
Vogal

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	IAS/IFRS 31/12/2022	IAS/IFRS 31/12/2021
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		446 710 833	401 671 503
Pagamentos a fornecedores		(307 514 771)	(257 721 980)
Pagamentos ao pessoal		(40 966 776)	(40 326 628)
Fluxos gerados pelas operações		98 229 285	103 622 895
Pagamentos do imposto sobre o rendimento		(8 742 274)	(7 081 112)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		(68 140 230)	(67 042 496)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		(76 882 504)	(74 123 608)
Recebimentos relativos a operações em descontinuação		-	-
Fluxos das actividades operacionais (1)		21 346 782	29 499 287
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos disponíveis para venda		2 229 045	4 925 919
Propriedades de investimento		459 000	8 778 000
Activos fixos tangíveis		5 052 066	72 395
Dividendos	33	1 233 976	126 881
		8 974 087	13 903 195
Pagamentos respeitantes a:			
Outros investimentos	5	-	(41 425 846)
Investimentos disponíveis para venda		(1 063 009)	(6 864 166)
Propriedades de investimento		(204 976)	(389 517)
Activos fixos tangíveis		(8 664 758)	(6 349 251)
Activos intangíveis		(935 948)	(1 556 557)
		(10 868 692)	(56 585 337)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(1 894 605)	(42 682 142)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	24	71 134 777	115 151 725
Juros e proveitos similares		351 645	356 085
		71 486 421	115 507 810
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	24	(66 434 464)	(89 197 746)
Locações		(6 183 377)	(5 871 534)
Dividendos	40	(7 849 805)	(7 066 301)
Juros e custos similares		(4 733 679)	(4 431 099)
		(85 201 325)	(106 566 680)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(13 714 904)	8 941 130
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		5 737 273	(4 241 724)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		41 385 237	43 652 839
Variação do perímetro	5	-	1 222 185
Variação cambial em caixa e seus equivalentes no início do exercício		467 738	751 937
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	19	47 590 247	41 385 237

O Anexo faz parte integrante da demonstração consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

A TÉCNICA DE CONTAS Nº 63002

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paula Macedo

João Manuel Fialho Martins Serrenho
Presidente

João Luís Baldaque da Costa Serrenho
Vice Presidente

Maria Francisca Fialho Martins Serrenho Bulhosa
Vogal

Maria João Serrenho dos Santos Lima
Vogal

Ângelo Barbedo César Machado
Vogal

Fernando Jorge de Almeida Ferreira
Vogal

Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro
Vogal

Demonstrações Financeiras Consolidadas





CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de Dezembro de 2022
(montantes expressos em euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A CIN – Corporação Industrial do Norte, S.A. (“CIN” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1926, que tem a sua sede social na Maia e encabeça um Grupo (“Grupo CIN” ou “Grupo”), cujas empresas têm como actividade principal a produção e comercialização de tintas, vernizes e produtos afins.

O Grupo desenvolve a sua actividade em Portugal, detendo subsidiárias a operar essencialmente em Espanha, França, Itália, Holanda, Luxemburgo, Polónia, Turquia, Angola, Moçambique, África do Sul e México.

Em 31 de Dezembro de 2022, a Pleso Holding B.V. (empresa sediada na Holanda) e a Baía dei Saraceni S.r.l. detêm, respectivamente, 97,5% e 2,5% do capital social da CIN (Nota 21).

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento às unidades) dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita no ponto 1.2.d).

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 28 de Fevereiro de 2023. As mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras consolidadas reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo e suas subsidiárias, bem como a sua posição financeira consolidada e desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados.

1. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são como segue:

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 3), mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2022. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações, emitidas, respectivamente, pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e pelo Standing Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adoptadas pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por “IFRS”.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa, suas subsidiárias e associadas operarem em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras (Nota 42), disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efectuada, o Conselho de Administração concluiu que dispõe dos recursos adequados para manter as actividades, não havendo intenção de cessar as actividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas no ponto 1.3.u).

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de activos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Os níveis hierárquicos atrás referidos são como seguem:

- Nível 1 - Justo valor é determinado com base em preços de mercado activo para idênticos activos/passivos;
- Nível 2 - O justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e
- Nível 3 - O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de Janeiro de 2022:

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
 Em 31 de Dezembro de 2022
 (montantes expressos em euros)

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à norma IFRS 3	1-Jan-22	Esta emenda corresponde à actualização da referência à estrutura conceptual de 2018; requisitos adicionais para análise de obrigações de acordo com norma IAS 37 ou IFRIC 21 na data de aquisição; e clarificação explícita que activos contingentes não são reconhecidos numa combinação de negócio.
Emenda à norma IAS 16 – “Proceeds before intended use”	1-Jan-22	Esta emenda corresponde a uma alteração à norma IAS 16 para proibição de dedução ao custo de um activo tangível de proveitos relacionados com a venda de produtos antes do activo estar disponível para uso.
Emenda à norma IAS 37 – Contratos Onerosos	1-Jan-22	Esta emenda corresponde a clarificação que custos de cumprimento de um contrato correspondem a custos directamente relacionados com o contrato.
Melhoramentos anuais 2018-2020	1-Jan-22	Correspondem essencialmente a emendas às seguintes normas: - IFRS 1 – expediente prático que permite que uma subsidiária que adopte pela primeira vez IFRS numa data posterior à sua empresa mãe possa optar pela mensuração das diferenças de transposição cumulativas relativamente a todas as unidades operacionais estrangeiras pela quantia que seria incluída nas demonstrações financeiras da empresa mãe, com base na data de transição da empresa mãe para as IFRS; - IFRS 9 – clarifica as comissões que devem ser incluídas no teste de 10% para efeitos de desreconhecimento de um passivo financeiro; - IAS 41 – remove o requisito de excluir os fluxos de caixa relacionados com impostos na mensuração ao justo valor.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, decorrente da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 17 - Contratos de Seguros	1-Jan-23	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.
Emenda à norma IAS 8 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros – Definição de estimativas contabilísticas	1-Jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em Fevereiro de 2021 altera a definição de estimativa contabilística para montante monetário nas demonstrações financeiras sujeito a incerteza de mensuração.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contabilísticas	1-Jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em Fevereiro de 2021 clarifica que devem ser divulgadas as políticas contabilísticas materiais, em vez das políticas contabilísticas significativas, tendo introduzido exemplos para identificação de política contabilística material.
Emenda à norma IAS 12 Impostos sobre o rendimento – Impostos diferidos	1-Jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em Maio de 2021 clarifica que a isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos não se aplica em transacções que produzam montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis
Emenda à norma IFRS 17 – Contratos de seguro – aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – informação comparativa	1-Jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em Dezembro de 2021 introduz alterações sobre informação comparativa a apresentar quando uma entidade adopta as duas normas IFRS 17 e IFRS 9 em simultâneo.

Estas emendas apesar de aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia, não foram adoptadas pela Empresa em 2022, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adopção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adoptadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia:

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
 Em 31 de Dezembro de 2022
 (montantes expressos em euros)

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emendas à norma IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos como correntes e não correntes; Diferimento da data de aplicação; Passivos não correntes com <i>covenants</i>	1-Jan-24	Estas emendas publicadas pelo IASB clarificam a classificação dos passivos como correntes e não correntes analisando as condições contratuais existentes à data de reporte. A emenda relativa a passivos não correntes com <i>covenants</i> clarificou que apenas as condições que devem ser cumpridas antes ou na data de referência das demonstrações financeiras relevam para efeitos da classificação como corrente/não corrente, adiando ainda a data de aplicação para 1 de Janeiro de 2024
Emenda à norma IFRS 16 – Locações – Passivo de locação numa transacção de venda e relocação	1-Jan-24	Esta emenda publicada pelo IASB em Setembro de 2022 clarifica como um vendedor locatário contabiliza uma transacção de venda e relocação que cumpre os critérios da IFRS 15 para ser classificada como venda.

Estas normas não foram ainda adoptadas ("*endorsed*") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Empresa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia, não se estima que da futura adopção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pela Empresa em 31 de Dezembro de 2022 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2021.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os IFRS, o Conselho de Administração da Empresa adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo Conselho de Administração foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. O Conselho de Administração da Empresa entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

1.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Empresas controladas

As Empresas em que o Grupo detém controlo, isto é, em que cumulativamente preenche as seguintes condições: i) tem poder sobre a participada (por poder, entende-se a capacidade de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade); ii) está exposta a, ou tem direito sobre, resultados variáveis por via do seu relacionamento com a participada; e iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para afectar o montante dos seus resultados, foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que o Grupo detém sobre uma entidade.

A existência de controlo por parte do Grupo é reavaliada sempre que haja uma alteração de factos e circunstâncias que levem à alteração dos elementos caracterizadores de controlo acima mencionados.

As empresas subsidiárias são incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas no exercício são incluídos na consolidação pelo método de consolidação integral, desde a data em que o controlo é adquirido sobre as suas actividades financeiras e operacionais e até à data em que o mesmo efectivamente termina.

Os saldos, transacções, dividendos e ganhos não realizados em transacções entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são também eliminadas excepto se a transacção evidenciar uma perda por imparidade no bem transferido. Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias de forma a garantir consistência com as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo.

Uma alteração no interesse participativo numa subsidiária que não envolva perda de controlo é contabilizada como sendo uma transacção entre accionistas. Se o Grupo perde o controlo sobre a subsidiária, os activos correspondentes (incluindo goodwill), passivos, interesses que não controlam e outros componentes de capital próprio são desreconhecidos e eventuais ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados. O investimento mantido é reconhecido ao justo valor no momento da perda de controlo.

O resultado líquido e os demais elementos do outro rendimento integral e do capital próprio das entidades controladas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas (interesses que não controlam) são apresentados na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral em rubricas específicas de interesses que não controlam. O rendimento integral das entidades controladas é atribuído aos proprietários do Grupo e aos interesses que não controlam, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário destes últimos.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, na rubrica "Interesses sem controlo". As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 3.

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de Dezembro de 2022
(montantes expressos em euros)

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda, respectivamente.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas e Empreendimentos conjuntos

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

A classificação das participações financeiras em Empreendimentos conjuntos é determinada com base na existência de acordos contratuais que demonstrem e regulem o controlo conjunto, o qual é assim entendido quando as decisões sobre as actividades relevantes do empreendimento requerem acordo unânime entre as partes. O Grupo não possui qualquer interesse em operações controladas conjuntamente, tal como definidas na IFRS 11.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos financeiros em empresas associadas são inicialmente contabilizados pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. As participações financeiras são posteriormente ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Adicionalmente, os dividendos destas empresas são registados como uma diminuição do valor do investimento, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor da rubrica "Investimentos em empresas associadas" (Nota 1.2.c) e a sua recuperação é avaliada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Se essas diferenças forem negativas são registadas como um proveito do exercício na rubrica "Resultados relativos a empresas associadas", após reconfirmação do justo valor atribuído.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das associadas e empreendimentos conjuntos de forma a garantir consistência com as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo.

Anualmente, é efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas, de modo a verificar a existência de indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por

imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir, são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para outros riscos e encargos para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

c) Concentração de actividades empresarias e goodwill

As concentrações de actividades empresariais, aquisições de subsidiárias e de negócios, são registadas de acordo com o método da compra.

De acordo com o método da compra, a diferença entre: (i) o custo da concentração e (ii) a quantia líquida dos activos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, é reconhecida, à data da aquisição como goodwill, se positiva ou como ganho, na rubrica de “outros proveitos operacionais”, se for negativa.

O custo da concentração é apurado ao justo valor, consistindo na soma, na data da aquisição do controlo, do: (i) justo valor dos activos transferidos pelo Grupo; (ii) justo valor das responsabilidades assumidas pelo Grupo em resultado da aquisição do controlo; e (iii) justo valor dos instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo em troca da aquisição de controlo. Os gastos relacionados com concentrações de actividades empresariais são registados em resultados quando incorridos.

Ao custo da concentração são retirados quaisquer encargos que respeitem a outras transacções (ex.: remuneração para prestação de serviços futuros ou para liquidação de relações pré-existentes) cuja margem é reconhecida separadamente em resultados.

O montante de pagamentos contingentes futuros, caso existam, são reconhecidos como passivos ou capital próprio, ao justo valor, no momento da aquisição. Alterações subsequentes neste valor são reconhecidas: (i) como capital próprio se a retribuição contingente estiver classificada como capital próprio, (ii) como gastos ou rendimentos nos resultados ou como outro rendimento integral se a retribuição contingente estiver classificada como activo ou passivo financeiro no âmbito da IFRS 9 e (iii) como gastos nos termos da IAS 37 ou outras normas aplicáveis, nos restantes casos.

Na data de aquisição do controlo, são reavaliadas a classificação e designação de todos os activos adquiridos e passivos transferidos, de acordo com as IFRS.

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de Dezembro de 2022
(montantes expressos em euros)

Os activos que resultem de indemnizações contratuais por parte do vendedor relativas ao desfecho de contingências relacionadas, no todo ou em parte, com um passivo específico da entidade concentrada, passam a ter que ser reconhecidos e mensurados usando os mesmos princípios e pressupostos dos passivos relacionados.

A determinação do justo valor dos activos adquiridos e passivos adquiridos tem em conta o justo valor dos passivos contingentes que resultem duma obrigação presente originada por um evento passado (se o justo valor puder ser medido de modo fiável), independentemente de ser expectável uma provável saída de fluxos.

Para cada aquisição, o Grupo pode optar por mensurar os “interesses que não controlam” ao respectivo justo valor ou pela respectiva quota-parte nos activos e passivos transferidos da adquirida. A opção por um ou outro método influencia a determinação da quantia de goodwill a reconhecer. Quando a concentração de actividades empresariais é efectuada em fases, o justo valor na data de aquisição anterior dos interesses detidos é remensurado para o justo valor na data em que o controlo é obtido, por contrapartida de resultados do período em que o controlo é atingido, afectando a determinação do Goodwill.

Sempre que uma concentração não for concluída até à data de relato, serão ajustadas retrospectivamente, durante o período limite de 12 meses a contar da data de aquisição, as quantias provisórias reconhecidas à data de aquisição e/ou reconhecidos activos e passivos adicionais se novas informações forem obtidas sobre factos e circunstâncias que existissem à data da aquisição e que se tivessem sido conhecidos teriam resultado no reconhecimento desses activos e passivos nessa data.

Alterações na percentagem de controlo sobre empresas subsidiárias quer nos aumentos quer nas reduções, desde que não resultem em perda de controlo são contabilizadas como transacções de capital próprio. O valor dos interesses do Grupo e dos interesses que não controlam são ajustados para reflectir as alterações de percentagem. Qualquer diferença entre o montante pelo qual os interesses que não controlam são ajustados e o justo valor do preço da transacção é reconhecido directamente em capital próprio e atribuído aos accionistas da Empresa-mãe.

Quando o Grupo perde controlo sobre uma subsidiária, o ganho ou perda na alienação é calculado como a diferença entre (i) o montante agregado do justo valor do preço e o justo valor dos interesses retidos e (ii) o valor contabilístico dos activos (incluindo goodwill) e dos passivos da subsidiária e dos interesses que não controlam, sendo o ganho reconhecido em resultados do exercício. Montantes reconhecidos previamente como “Outro rendimento integral”, como é o caso das reservas de conversão, são transferidos para resultados do exercício ou transferidos para resultados transitados da mesma forma que seriam caso os activos ou passivos relacionados fossem alienados. O justo valor dos interesses retidos corresponde ao justo valor no reconhecimento inicial para efeitos de contabilização subsequente no âmbito da IFRS 9 – Instrumentos financeiros ou, quando aplicável, o custo para efeitos de reconhecimento inicial de um investimento numa associada ou em um empreendimento conjunto.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data do balanço, e os custos e os proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial gerada após 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para as IFRS) é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo sedeadas no estrangeiro, e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas empresas, sendo convertidas para a moeda do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica de capital próprio “Reservas de conversão cambial”.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

No último trimestre de 2017, a economia Angolana foi considerada uma economia hiperinflacionária de acordo com a IAS 29 – Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias.

No exercício de 2019, Angola, deixou de reunir as condições estabelecidas na IAS 29 para ser considerada uma economia hiperinflacionária, pelo que o Grupo, a partir de 1 de Janeiro de 2019, suspendeu a aplicação daquela norma às demonstrações financeiras da sua participada sedeadada em Angola.

No entanto, os impactos gerados em exercícios anteriores resultantes da adopção daquela norma, nomeadamente os associados à remensuração dos activos e passivos não monetários, manter-se-ão até que os activos sejam alienados, consumidos ou depreciados/amortizados e até que os passivos sejam alienados ou liquidados.

As cotações utilizadas para conversão para Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

	31 de Dezembro de 2022		31 de Dezembro de 2021	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Kwanza (AOA)	537,438	478,640	629,020	739,290
Metical (MZN)	68,180	67,802	72,320	78,317
Rand Sul Africano (ZAR)	18,121	17,211	18,070	17,486
Peso Mexicano (MXN)	20,857	21,220	23,210	23,993
Zloty Polónia (PLN)	4,681	4,686	4,691	4,572
Lira Turca (TRY)	19,965	17,409	14,830	10,019
Dolar Americano (USD)	-	-	1,173	1,206

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
 Em 31 de Dezembro de 2022
 (montantes expressos em euros)

1.3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos usados pelo Grupo CIN na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IAS/IFRS), encontram-se registadas ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (e nos países das respectivas subsidiárias do Grupo) até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.

É reconhecida uma perda por imparidade sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável a qual consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence. As perdas por imparidade detectadas no valor de realização dos activos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que estas já não existem ou diminuíram, sendo esta análise efectuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

As depreciações são calculadas, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>	
Edifícios e outras construções	20	- 50
Equipamento básico	7	- 17
Equipamento de transporte	3	- 5
Equipamento administrativo	3	- 14
Outros activos fixos e ferramentas	4	- 14

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas correntes com reparação e manutenção do activo fixo tangível são consideradas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens e que geram benefícios económicos futuros adicionais, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos tangíveis ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes activos são transferidos para activos fixos tangíveis e depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”.

b) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o mesmo tem o poder de os controlar e se possa medir com fiabilidade o seu valor.

As despesas de investigação com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os activos intangíveis que compreendem essencialmente custos incorridos com o desenvolvimento de projectos, despesas com propriedade industrial e outros direitos e software, são amortizados pelo método das quotas constantes durante um período de três a cinco anos.

Quando adquiridos individualmente os activos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende o seu preço de compra, e qualquer custo directamente atribuível à preparação do respectivo activo para o seu uso pretendido. Quando adquirido no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, separáveis do goodwill, os activos intangíveis são inicialmente valorizados ao justo valor, determinado no âmbito da aplicação do método da compra, conforme previsto na IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais.

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de Dezembro de 2022
(montantes expressos em euros)

Os trespasses genericamente não são objecto de amortização, sendo os mesmos sujeitos a testes anuais de imparidade.

No caso de marcas em que a vida útil é indefinida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

As amortizações do exercício das imobilizações incorpóreas são registadas na demonstração dos resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”, a partir da data em que os activos se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a activos imobiliários detidos para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento adquiridos encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando as mesmas forem alienadas ou quando forem retiradas de uso, não sendo expectável que benefícios económicos futuros resultem da sua retirada. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento de propriedades de investimento são reconhecidos na Demonstração consolidada dos resultados nesse ano.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos nos resultados consolidados do período a que respeitam. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

d) Imparidade de activos, excepto goodwill

É efectuada uma avaliação de imparidade dos activos do Grupo à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperável. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para activos detidos para alienação) é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada

activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica “Outros proveitos operacionais”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

e) Instrumentos financeiros

O Grupo classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira consolidada conforme identificado nas respectivas notas do presente Anexo.

- Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira do Grupo quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os activos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo seu justo valor. Os custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição ou à emissão dos activos e passivos financeiros (que não sejam activos ou passivos financeiros mensurados pelo justo valor através da demonstração dos resultados) são adicionados ou deduzidos ao justo valor do activo ou passivo financeiro, conforme o caso, no reconhecimento inicial.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição de activos ou passivos financeiros reconhecidos pelo justo valor através da demonstração dos resultados são reconhecidos imediatamente na demonstração consolidada dos resultados.

- Activos financeiros

Todas as compras e vendas de activos financeiros são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira.

A classificação dos activos financeiros depende do modelo de negócio seguido pelo grupo na gestão dos activos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de Dezembro de 2022
(montantes expressos em euros)

Todos os activos financeiros reconhecidos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou, ao seu justo valor, dependendo do modelo de negócio adoptado pelo Grupo e das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

As alterações à classificação dos activos financeiros só podem ser efectuadas quando o modelo de negócio seja alterado, excepto quanto aos activos financeiros ao justo valor através de rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Classificação de activos financeiros

a) Instrumentos de dívida e contas a receber

Os instrumentos de dívida de rendimento fixo e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado:

- (i) o activo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objectivo é mantê-lo de forma a receber os seus fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

O método da taxa de juro efectiva é um método de calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e de alocar o respectivo juro durante o período da sua vigência.

Para os activos financeiros que não sejam adquiridos ou originados com imparidade (ou seja, activos com imparidade no reconhecimento inicial), a taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo fees e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do instrumento na sua quantia escriturada bruta na data do seu reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um activo financeiro é o montante pelo qual o mesmo é mensurado no reconhecimento inicial deduzido dos reembolsos de capital, mais a amortização acumulada, utilizando o método da taxa de juro efectiva, de qualquer diferença entre esse montante inicial e o montante do seu reembolso, ajustado por eventuais perdas por imparidade.

A receita associada aos juros é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Rendimentos e ganhos financeiros", através do método da taxa de juro efectiva, para os activos financeiros registados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juro efectiva à quantia escriturada bruta do activo financeiro.

Os instrumentos de dívida e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral:

- (i) o activo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objectivo prevê quer o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, quer a sua alienação; e
- (ii) os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

b) Instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral

No reconhecimento inicial, o Grupo pode efectuar uma escolha irrevogável (instrumento financeiro a instrumento financeiro) de designar determinados investimentos em instrumentos de capital próprio (acções) a justo valor através do outro rendimento integral.

A designação a justo valor através de outro rendimento integral não é permitida se o investimento for mantido para efeitos de negociação ou se resultar de uma contraprestação contingente reconhecida no âmbito de uma concentração de actividades empresariais.

Um instrumento de capital é mantido para negociação se:

- (i) ele for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo;
- (ii) no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- (iii) se for um instrumento financeiro derivado (excepto, se se encontrar afecto a uma operação de cobertura).

Os investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transacção. Posteriormente, são mensurados ao seu justo valor com os ganhos e perdas decorrentes da sua variação reconhecidos no outro rendimento integral.

Os dividendos associados a investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados no momento em que são atribuídos / deliberados.

c) Activos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados

Os activos financeiros que não cumpram os critérios para serem mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Os activos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo justo valor apurado no final de cada período de relato, sendo os respectivos ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, excepto se fizerem parte de uma relação de cobertura.

Imparidade de activos financeiros

O Grupo reconhece perdas de imparidade esperadas para instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como para contas a receber de clientes, de outros devedores, e para activos associados a contratos com clientes.

A quantia de perdas esperadas de imparidade para os activos financeiros acima referidos é actualizada a cada data de relato de forma a reflectir as alterações no risco de crédito ocorridas desde o reconhecimento inicial dos respectivos activos financeiros.

As perdas de imparidade esperadas para crédito concedido (contas a receber de clientes e outros devedores e de activos associados a contratos com clientes) são estimadas utilizando uma matriz de incobabilidade baseada no histórico creditício dos devedores do Grupo, ajustada por factores específicos atribuíveis aos devedores, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro. Para o efeito, os saldos de clientes e outros devedores foram agrupados tendo em conta perfis de risco de crédito semelhantes e intervalos de vencimento.

Desreconhecimento de activos financeiros

O Grupo desreconhece um activo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram, ou quando transfere o activo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua propriedade. Se o Grupo nem transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade de um activo financeiro, mas continuar a controlar o mesmo, o Grupo reconhece o seu interesse no activo retido e um passivo equivalente ao montante que terá de devolver. Se o Grupo reter substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade de um activo financeiro transferido, o Grupo continua a reconhecer o mesmo e reconhece adicionalmente um empréstimo pelo montante entretanto recebido.

No desreconhecimento de um activo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre a sua quantia escriturada e a soma da retribuição recebida e a receber é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Por outro lado, no desreconhecimento de um activo financeiro representado por um instrumento de capital registado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de reavaliação é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados.

No entanto, no desreconhecimento de um activo financeiro representado por um instrumento de capital designado no reconhecimento inicial irrevogavelmente como registado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de reavaliação não é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados.

- Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Classificação como passivo financeiro ou como instrumento de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados como passivo ou como capital próprio de acordo com a substância contratual da transacção, independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo, após dedução dos passivos.

Capital próprio

São considerados pelo Grupo instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transacção evidencie que o Grupo detém um interesse residual num conjunto de activos após dedução de um conjunto de passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são reconhecidos pelo montante recebido, líquido dos custos directamente atribuíveis à sua emissão.

A recompra de instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo (acções próprias) é contabilizada pelo seu custo de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação de acções próprias são registados na rubrica “Outras reservas e resultados transitados”.

Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, todos os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Os passivos financeiros são registados ao justo valor através da demonstração dos resultados quando:

- (i) o passivo financeiro resultar de uma contraprestação contingente decorrente de uma concentração de actividades empresariais;
- (ii) quando o passivo for devido para negociação; ou

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de Dezembro de 2022
(montantes expressos em euros)

- (iii) quando o passivo for designado para ser registado a justo valor através da demonstração dos resultados.

Um passivo financeiro é classificado como detido para negociação se:

- (i) for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo; ou
- (ii) no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- (iii) se for um instrumento financeiro derivado (excepto se se encontrar afecto a uma operação de cobertura).

Os passivos financeiros registados ao justo valor através da demonstração consolidada dos resultados são mensurados pelo seu justo valor com os respectivos ganhos ou perdas decorrentes da sua variação reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura.

Os passivos financeiros que não são designados para registo ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juro efectiva.

O método da taxa de juro efectiva é um método de calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e de alocar o respectivo juro durante o período da sua vigência.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo fees e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do passivo financeiro na sua quantia escriturada na data do seu reconhecimento inicial.

Desreconhecimento de passivos financeiros

O Grupo desreconhece passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações do Grupo são liquidadas, canceladas ou expiraram.

A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro desreconhecido e a contraprestação paga ou a pagar é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Quando o Grupo troca com um determinado credor um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

De igual forma, o Grupo contabiliza as modificações substanciais nos termos de uma responsabilidade existente, ou em parte dela, como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Instrumentos financeiros derivados

O Grupo tem vindo a contratar um conjunto de instrumentos financeiros derivados com o objectivo de gerir a sua exposição ao risco de taxa de juro, não sendo utilizados instrumentos financeiros derivados com o objectivo de especulação. A utilização de instrumentos financeiros derivados encontra-se devidamente regulada pelo Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, sendo posteriormente remensurados ao seu justo valor em cada data de relato. O ganho ou perda resultante é reconhecido imediatamente na demonstração dos resultados a não ser que o instrumento financeiro derivado seja designado como instrumento de cobertura, caso em que o reconhecimento na demonstração dos resultados depende da natureza da relação de cobertura.

Conforme acima referido, os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo Grupo respeitam a instrumentos de cobertura de taxa de juro associados a empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, as datas de vencimento de juros e os planos de reembolso são geralmente semelhantes às condições estabelecidas para os instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio, pelo que, normalmente, a cobertura é altamente eficaz.

Os critérios utilizados pelo Grupo no reconhecimento inicial para classificar instrumentos financeiros derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são como se segue:

- a) O relacionamento de cobertura é constituído apenas por instrumentos de cobertura elegíveis e itens cobertos elegíveis;
- b) No início da relação de cobertura, existe designação e documentação formais relativamente ao relacionamento de cobertura e ao objectivo e estratégia da gestão de risco da entidade para efectuar a cobertura; e
- c) O relacionamento de cobertura satisfaz todos os seguintes requisitos de eficácia da cobertura:
 - i) Existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
 - ii) O efeito do risco do crédito não domina as alterações de valor que resultam dessa relação económica; e

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de Dezembro de 2022
(montantes expressos em euros)

- iii) O rácio de cobertura do relacionamento de cobertura é o mesmo que resulta da quantidade do item coberto que uma entidade cobre efectivamente e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efectivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de *cash-flow* são registadas em “Reservas de cobertura” na sua componente eficaz e, em resultados financeiros na sua componente não eficaz. Os valores registados em “Reservas de cobertura” são transferidos para resultados financeiros no exercício em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, é vendido ou exercido, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na IFRS 9.

Confirming

O Grupo mantém protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objectivo de permitir aos seus fornecedores acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneio, mediante a confirmação da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta.

No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes permitem a antecipação do recebimento dos créditos abrangidos imediatamente após confirmação à instituição financeira da sua validade.

Em 31 de Dezembro de 2022 o Grupo não tinha qualquer montante de Confirming classificado como dívida financeira por considerar que os prazos de vencimento são de reduzida duração.

f) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Na rubrica de “Outros recebimentos / pagamentos relativos à actividade operacional” na Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, são colocados, genericamente, os pagamentos e recebimentos realizados no ano ao Estado, nomeadamente valores de Imposto sobre o Valor Acrescentado, mas igualmente montantes associados a pagamentos relacionados com a retenção de imposto sobre o rendimento singular e outras contribuições.

g) Locações

No início de cada contrato o Grupo avalia se o contrato é ou contém uma locação. Isto é, se o contrato concede um direito de controlar o uso de um activo identificável por um período de tempo em troca de uma remuneração. Os contratos de locação são reconhecidos como um direito de uso e um passivo correspondente na data em que o activo locado fica disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento da locação é alocado entre passivo e custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido em resultados durante o período da locação para reflectir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de locação para cada período. O direito de uso é depreciado linearmente pelo menor entre o tempo de vida útil do activo e o prazo da locação.

Os activos e passivos decorrentes de uma locação são mensurados inicialmente pelo seu valor presente. Sempre que exista informação que o permita, o Grupo elegeu proceder à segregação da componente de locação das componentes de serviços incluídas nos pagamentos da locação para todos os contratos de locação.

A mensuração inicial das responsabilidades com locações engloba essencialmente, o valor presente dos pagamentos a efectuar durante o período da locação, que inclui pagamentos de valor fixo deduzidos de eventuais incentivos recebidos e pagamentos de valor variável dependentes de um índice ou taxa.

Na determinação do valor presente das responsabilidades com locações o Grupo utiliza a taxa de juro incremental determinada na data de início da locação, sempre que a taxa de juro implícita no contrato não seja determinável naquela data. Subsequentemente, as responsabilidades com locações são aumentadas para reflectir o incremento de juros e reduzidas pelos pagamentos efectuados. Adicionalmente, o valor contabilístico das responsabilidades com locações é reavaliado se existir uma modificação, uma alteração ao período da locação ou uma alteração no plano de amortizações (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração de um índice ou percentagem utilizada para determinar o valor dos pagamentos).

O direito de uso é mensurado ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e imparidades, ajustado quando existem alterações no passivo da locação. O custo do direito de uso engloba o valor da responsabilidade registada inicialmente com a locação, custos directos incorridos com a celebração do contrato de locação e pagamentos efectuados ao locador anteriores à data de início, deduzidos de eventuais incentivos recebidos.

O Grupo aplica a excepção de reconhecimento de locações de curto prazo (termo inferior a 12 meses) e a excepção de reconhecimento de contratos de locação cujo activo subjacente é de reduzido valor (montante inferior a 5 mil euros) . Os pagamentos efectuados referente a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação cujo activo subjacente é de reduzido valor são reconhecidos como gasto de forma linear pelo período da locação.

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de Dezembro de 2022
(montantes expressos em euros)

As locações do Grupo referem-se principalmente a contratos de arrendamento de espaços comerciais e armazéns, com períodos iniciais entre 1 e 10 anos, que podem ter períodos de extensão. Os contratos de locação não impõem covenants.

O Grupo adoptou pela primeira vez em 1 de Janeiro de 2019 a IFRS 16 – Locações, utilizando o modelo retrospectivo modificado, considerando, naquela data, o montante dos passivos de locação igual ao dos direitos de uso dos activos. Desta forma, o efeito cumulativo inicial da adopção daquela norma nos resultados transitados em 1 de Janeiro de 2019 foi nulo.

h) Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efectuar a sua venda.

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e intermédios e trabalhos em curso foram valorizados ao custo, de acordo com o seu “custo standard” de produção (inclui o custo de matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa e os gastos gerais de fabrico), o qual é inferior ao respectivo valor de mercado. O cálculo do custo standard tem por base a estrutura de custos necessária para a utilização normal da capacidade de produção instalada nas diversas unidades fabris, sendo excluídos os custos de inactividade e de reestruturação. Pontualmente são efectuadas revisões no caso de existirem alterações significativas na estrutura do produto.

São registadas perdas por imparidade em inventários para reflectir a diferença entre o seu custo e o respectivo valor líquido de realização na data da Demonstração da posição financeira, nos casos em que este seja inferior. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados “Imparidade de inventários ((perdas) / reversões)”.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 30). As provisões para custos de reestruturação/reorganização são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

j) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidas a fundo perdido, para financiamento de activos fixos tangíveis, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes”, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações dos activos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios relacionados com custos incorridos são registados como proveito na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a Empresa já tenha incorrido nos custos subsidiados e que cumpra com as condições exigidas para sua concessão.

k) Complementos de reforma

Algumas empresas do Grupo possuem esquemas de pensões atribuídos a antigos funcionários, na forma de planos de benefícios definidos, sendo que estes planos de pensões definem o montante de benefício de pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais factores, como a idade, anos de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido na demonstração da posição financeira consolidada relativamente aos planos de benefícios definidos é o valor presente da obrigação dos benefícios definidos à data das demonstrações financeiras consolidadas. As obrigações dos planos de benefícios definidos são calculadas anualmente por actuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito projectada (“Projected Unit Credit Method”). O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto das saídas de caixa futuras, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

Todos os ganhos e perdas actuariais resultantes de ajustamentos e alterações nas premissas actuariais são reconhecidos directamente no capital próprio e apresentados em outro rendimento integral.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos em resultados, excepto se as alterações no plano de pensões são condicionadas pela permanência dos empregados em serviço por um determinado período de tempo (o período que qualifica para o benefício). Neste caso, os custos de serviços passados são amortizados numa base de linha reta ao longo do período em causa.

Os Conselhos de Administração da CIN e CIN Industrial Coatings deliberaram, no ultimo trimestre de 2022, proceder à extinção dos respectivos fundos de pensões, processo que está a prosseguir os trâmites administrativos / jurídicos correspondentes, conforme descrito com maior detalhe na nota 25.

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de Dezembro de 2022
(montantes expressos em euros)

I) Especialização de exercícios e Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de devoluções, descontos e outros abatimentos e impostos relacionados com a venda. O rédito é reconhecido com a transferência de controlo na venda de produto ou prestação do serviço a um cliente.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando existe transferência de controlo para o cliente. Os indicadores utilizados pela Empresa nessa avaliação de transferência de controlo dos bens e serviços são:

- A Empresa tem o direito contratual de exigir o pagamento dos bens e serviços;
- O cliente detém a propriedade legal do activo;
- A Empresa procedeu à transferência da posse do activo e o cliente aceita o mesmo;
- O cliente detém os riscos e benefícios da posse dos referidos bens e serviços prestados.

Na determinação do valor do rédito, o Grupo CIN avalia para cada transacção as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transacção a afectar a cada obrigação de desempenho identificada na transacção e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o Grupo efectua a sua melhor estimativa.

Os rendimentos decorrentes de vendas de produtos são registados na demonstração consolidada dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

O Grupo considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica.

Os contratos com clientes realizados pelo Grupo não contêm componentes significativas de financiamento.

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas "Outros activos correntes" e "Outros passivos correntes".

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Empresa a receber o correspondente montante.

m) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

n) Consolidação fiscal

Os impostos sobre o rendimento do exercício são calculados com base no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS"), o qual inclui a maior parte das empresas do Grupo CIN com sede em Portugal, e reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CIN em 31 de Dezembro de cada ano. As empresas do Grupo CIN sedeadas em Espanha: Amida Inversiones, S.L., CIN Valentine, S.A.U., Pinturas CIN Canárias, S.A.U., CIN Pinturas y Barnices, CIN Inmuebles, S.L., a CIN Soritec S.A. e a CIN Govesan. S.A. são igualmente tributadas pelo respectivo lucro consolidado fiscal, em conformidade com a legislação espanhola. As empresas do Grupo CIN sedeadas em França, CIN Celliose e PFI, são também tributadas pelo respectivo lucro consolidado fiscal, em conformidade com a legislação francesa. As empresas do Grupo CIN sedeadas em Itália, Boero Bartolomeo e Immobiliare Genova, são também tributadas pelo respectivo lucro consolidado fiscal, em conformidade com a legislação italiana. Adicionalmente, as restantes empresas do Grupo CIN são tributadas em base individual e em conformidade com a legislação aplicável.

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de Dezembro de 2022
(montantes expressos em euros)

o) Classificação na demonstração da posição financeira

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os activos e os passivos por impostos diferidos.

p) Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual, apurado nas contas individuais da Empresa, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

q) Reserva de cobertura

As reservas de cobertura reflectem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes, sendo que a mesma não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

r) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional da subsidiária, utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transacção. Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas de cada exercício. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data de cobrança, pagamento ou à data de encerramento das demonstrações financeiras, dessas mesmas transacções, são registadas como rendimentos e gastos operacionais, no caso de transacções de natureza operacional, ou como rendimentos e gastos financeiros, no caso de transacções de natureza financeira, na Demonstração Consolidada de Resultados. As diferenças de câmbio relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio, são registadas igualmente em capital próprio.

s) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, excepto se

afecto à construção/desenvolvimento de activos elegíveis. A capitalização destes encargos inicia-se após o início da preparação das actividades de construção, e cessa quando o activo se encontra pronto para utilização ou caso o projecto seja suspenso.

t) Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como (i) obrigações que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sendo os mesmos divulgados no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, mas divulgados no Anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

u) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 incluem:

- (i) Vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis;
- (ii) Testes de imparidade realizados ao goodwill e aos activos intangíveis de vida útil indefinida;
- (iii) Registo de imparidades aos valores do activo (contas a receber e existências) e provisões;
- (iv) Realização de activos por impostos diferidos; e
- (v) Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de Dezembro de 2022
(montantes expressos em euros)

que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

v) Política de gestão de risco

No desenvolvimento da sua actividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é controlada pelo departamento financeiro da CIN, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de juro, risco de crédito e risco de liquidez.

i) Risco de taxa de câmbio

Na sua actividade operacional, o Grupo realiza transacções expressas em outras moedas que não o Euro, estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio. Por política do Grupo, é eleita uma moeda funcional por cada participada, correspondendo à moeda do seu ambiente económico principal e aquela que melhor representa a composição dos seus cash-flows. Assim, este risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transacções comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio. A política de gestão de risco de taxa de câmbio de transacção do Grupo procura minimizar ou eliminar esse risco, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

O montante de activos e passivos (em Euros) do Grupo registados em moeda diferente do Euro pode ser resumido como segue:

	Exercício de 2022						
	Tintas Cin Angola	Tintas Cin Moçambique	Cin Coatings Mexico	Cin Coatings South Africa	BOERO Coatings Turkey	Cin Coatings Polska	CINBrasil Participações
Activos	14 075 949	11 270 134	1 495 145	1 736 149	460 128	1 060 366	-
Passivos	(4 675 945)	(5 660 544)	(1 025 228)	(1 451 935)	(417 647)	(2 445 070)	-
Total	9 400 005	5 609 590	469 917	284 214	42 481	(1 384 704)	-
	Exercício de 2021						
	Tintas Cin Angola	Tintas Cin Moçambique	Cin Coatings Mexico	Cin Coatings South Africa	BOERO Coatings Turkey	Cin Coatings Polska	CINBrasil Participações
Activos	11 141 122	7 458 581	183 091	1 527 380	458 161	1 411 029	739 363
Passivos	(1 125 107)	(1 333 479)	(70 455)	(148 966)	(379 036)	(585 862)	-
Total	10 016 015	6 125 101	112 636	1 378 414	79 125	825 168	739 363

O risco de tradução ou conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também chamado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da situação líquida da Empresa-mãe por força da necessidade de “traduzir” as demonstrações financeiras das participadas no exterior. A política de gestão do risco de câmbio de tradução do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação e as estruturas de capital dessas participadas (em 31 de Dezembro de 2022, esta situação é apenas aplicável às subsidiárias acima apresentadas).

Conforme mencionado na Nota 1.2 d), os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço e os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão cambial”.

ii) Risco de preço

O risco de preço está essencialmente ligado às matérias-primas como o zinco, as resinas e o dióxido de titânio bem como ligado à energia, nomeadamente a eléctrica.

Existe um acompanhamento permanente da evolução do preço destas matérias-primas e das perspectivas da sua evolução futura, sendo o risco gerido em função destas expectativas.

Relativamente ao zinco, a gestão do risco é efectuada, quando considerado oportuno, pela cobertura através do mercado de futuros. Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 não existem posições em aberto relativas a estes instrumentos.

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de Dezembro de 2022
(montantes expressos em euros)

Para as resinas e para o dióxido de titânio, sempre que as condições de mercado o permitem, são celebrados contratos com os fornecedores que garantem os preços por um período alargado, normalmente um semestre.

Variações anormais dos preços destas matérias-primas poderão ser reflectidas nos preços de venda.

iii) Risco de crédito

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para o Grupo.

O risco de crédito decorrente da actividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objectivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) efectuar análises de imparidade aos valores a receber numa base regular.

O Grupo não apresenta risco de crédito significativo com algum cliente em particular, ou com algum grupo de clientes com características semelhantes, na medida em que as contas a receber estão repartidas por um amplo leque de clientes, diferentes segmentos de negócio e diferentes áreas geográficas. O Grupo obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira de um cliente assim o recomende. Para os clientes em que o risco de crédito o justifique, essas garantias consubstanciam-se em seguros de crédito e garantias bancárias.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 encontram-se divulgados na Nota 30.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o Grupo considera que não existe a necessidade de perdas por imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 30.

Os montantes relativos aos activos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, os quais se encontram líquidos de perdas por imparidade acumuladas, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez do Grupo CIN tem por objectivo:

- Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento;
- Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade de detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

O Grupo tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de activos e passivos, gerindo as respectivas maturidades de forma equilibrada. Na gestão da sua exposição ao risco de liquidez o Grupo assegura a contratação de instrumentos e facilidades de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados à especificidade das necessidades de cada negócio e participada, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. Também por política, essas facilidades são contratadas sem envolver concessão de garantias.

v) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante de endividamento indexado a taxas variáveis.

O endividamento do Grupo encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco de volatilidade.

Em 2022 as taxas de juro de referência aos contratos de financiamento a taxa variável iniciaram um processo de subida expressivo, continuado, e generalizado nos prazos, que induziram uma volatilidade e incerteza relevantes aos cash flows associados às actividades de financiamento.

Neste contexto, a Empresa considerou apropriado contratar instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro (“swaps” de taxa de juro), cujos detalhes e montantes estão expressos na nota 12.

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
 Em 31 de Dezembro de 2022
 (montantes expressos em euros)

Análise de Sensibilidade da Taxa de Juro

A análise de sensibilidade abaixo foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros (derivados e não derivados) existentes à data do balanço. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- Foi considerado o valor médio do passivo em dívida ao longo do exercício;
- As alterações nas taxas de juro do mercado afectam o montante do juro a receber ou a pagar, dos instrumentos com taxa variável;
- As alterações nas taxas de juro do mercado só influenciam o montante do juro a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros com taxa fixa, se os mesmos forem registados pelo seu justo valor;
- As alterações nas taxas de juro do mercado afectam o justo valor dos derivados de cobertura e todos os derivados de cobertura de taxa de juro são eficientes;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados ("swaps") ou de outro activo e passivo financeiro é estimado descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas das "yields". Neste exercício, foram considerados os instrumentos derivados de cobertura existentes.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

Se as taxas de juro tivessem sido 0,75 pontos percentuais superiores/inferiores, e todas as outras variáveis permanecessem constantes, pressuposto que dificilmente ocorrerá dada a correlação com outras variáveis, o impacto no resultado líquido e nas outras reservas do Grupo teria sido o seguinte:

	2022		2021	
	-0,75 b.p.	+ 0,75 b.p.	-0,75 b.p.	+ 0,75 b.p.
Resultado Líquido ⁽¹⁾	399.095	(793.018)	-	(238.000)
Outras Reservas ⁽²⁾	228.044	263.468	-	-

(1) devido essencialmente à exposição do Grupo às taxas de juro nos seus empréstimos de taxa variável;

(2) devido essencialmente às alterações de justo valor dos derivados de cobertura.

Na opinião do Conselho de Administração, esta análise de sensibilidade não é representativa do risco inerente à taxa de juro, sendo que a exposição do final de cada exercício poderá não coincidir com a verificada ao longo do mesmo, dado que esta não reflecte os pagamentos efectuados.

vi) Risco de capital

O Grupo gere o seu capital de forma a garantir a continuidade das suas actividades, maximizando o retorno aos accionistas através da optimização do saldo da dívida e do capital próprio líquido.

A estrutura de capital do Grupo consiste em dívida líquida (financiamentos obtidos divulgados na Nota 24 após dedução de saldos de caixa e bancos) e capital próprio líquido (compreendendo capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme divulgado na Nota 22). O Grupo está sujeito a requisitos de capital impostos externamente que têm de ser atingidos nomeadamente ao nível da Autonomia Financeira e rácio Net Debt/ Ebitda.

No âmbito da política de gestão de riscos, o Grupo revê a sua estrutura de capital anualmente. Como parte dessa revisão, o Grupo considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

x) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

2. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS E CORRECÇÕES DE ERROS

Durante o exercício de 2022 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores. As políticas contabilísticas adoptadas são consistentes entre exercícios.

3. EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2022, são como segue:

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Efectiva
<u>Com sede em Portugal:</u>				
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A. ("Empresa mãe")	Maia	-	-	-
CIN Industrial Coatings, S.A. ("CIN Industrial Coatings")	Maia	-	100%	100%
Terraços do Souto – Sociedade Imobiliária, S.A. ("Terraços do Souto")	Maia	100%	-	100%
Nictrading – Comércio Internacional, Lda. ("Nictrading")	Machico	-	100%	100%
Navis – Marine Paints, S.A. ("Navis")	Maia	55%	-	55%
Atossa Imobiliária, Sociedade Unipessoal, Lda. ("Atossa")	Maia	100%	-	100%

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
 Em 31 de Dezembro de 2022
 (montantes expressos em euros)

Com sede em outros países:

CIN Valentine, S.A. ("CIN Valentine")	Barcelona (Espanha)	-	100%	100%
Pinturas CIN Canarias, S.A. ("Pinturas CIN Canarias")	Tenerife (Espanha)	-	100%	100%
Amida Inversiones, S.L. ("Amida Inversiones")	Madrid (Espanha)	5%	95%	100%
CIN Inmuebles, S.L. ("CIN Inmuebles")	Barcelona (Espanha)	-	100%	100%
CIN Pinturas & Barnices, SLU ("CIN Pinturas & Barnices")	Madrid (Espanha)	-	100%	100%
CIN Internacional B.V. ("CIN BV")	Amesterdão (Países Baixos)	100%	-	100%
Tintas CIN de Angola, SARL ("CIN Angola")	Benguela (Angola)	1%	99%	100%
Tintas CIN (Moçambique), SARL ("CIN Moçambique")	Maputo (Moçambique)	-	100%	100%
Coatings RE, S.A. ("Coatings RE")	Luxemburgo	-	100%	100%
Vita Investments, S.A. ("Vita Investments")	Luxemburgo	-	100%	100%
PF Investissements, S.A. ("PF Investissements")	Lyon (França)	-	100%	100%
CIN Celliose, S.A. ("CIN Celliose")	Lyon (França)	-	100%	100%
CIN Coatings Mexico S de RL de CV ("CIN Coatings Mexico")	Izcalli (México)	-	100%	100%
CIN Coatings South Africa (PTY), Ltd. ("CIN Coatings South Africa")	Johannesburg (África do Sul)	-	99%	99%
CIN Monopol, SAS ("CIN Monopol")	Valence (França)	-	100%	100%
CIN SORITEC, S.A. ("CIN Soritec")	Girona (Espanha)	-	100%	100%
NASA, Sociedad de R.L.	Valence (França)	-	100%	100%
CIN Govesan, S.A. ("CIN Govesan")	Madrid (Espanha)	-	100%	100%
CIN Coatings Polska Sp.z o.o. ("CIN Polónia")	Pruszków (Polónia)	-	100%	100%
CIN Senegal SARL ("CIN Senegal")	Dakar (Senegal)	-	70%	70%
CIN Brasil Participações, Ltda. ("CIN Brasil")	Recife (Brasil)	-	100%	100%
Grupo Boero Bartolomeo:				
Boero Bartolomeo S.p.A. ("Boero Bartolomeo")	Genova (Itália)	82,75%	-	82,75%
Immobiliare Genova MolassanaNuova S.p.A.	Genova (Itália)	-	82,75%	82,75%
Boero Colori France S.a.r.l. ("Boero França")	Mandelieu La Napoule (França)	-	82,75%	82,75%
Boero USA Inc. ("Boero USA")	Wilmington (USA)	-	82,75%	82,75%
BOERO Coatings Turkey A.S. ("Boero Turquia")	Istambul (Turquia)	-	82,75%	82,75%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pelo IFRS 10 – "Demonstrações financeiras consolidadas" (Nota 1.2 a)), excepto a CIN Senegal cuja participação se encontra registada ao custo, atendendo ao recente início de actividade e à inexistência de informação estruturada à data de encerramento das demonstrações financeiras para proceder à respectiva integração pelo método da consolidação integral, sendo que o efeito da sua inclusão seria imaterial.

Com efeitos a 1 de Janeiro de 2022, as Empresas Martolar e Conceitcor foram fusionadas na Empresa mãe (CIN – Corporação Industrial do Norte, S.A.), deixando de fazer parte do perímetro de consolidação com efeitos a 31 de Dezembro de 2022 (Nota 5).

As empresas filiais incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2021, são como segue:

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Efectiva
<u>Com sede em Portugal:</u>				
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A. ("Empresa mãe")	Maia	-	-	-
CIN Industrial Coatings, S.A. ("CIN Industrial Coatings")	Maia	-	100%	100%
Terraços do Souto – Sociedade Imobiliária, S.A. ("Terraços do Souto")	Maia	100%	-	100%
Martolar – Materiais de Construção, Lda. ("Martolar")	Alenquer	100%	-	100%
Nictrading – Comércio Internacional, Lda. ("Nictrading")	Machico	-	100%	100%
Navis – Marine Paints, S.A. ("Navis")	Maia	55%	-	55%
Atossa Imobiliária, Sociedade Unipessoal, Lda. ("Atossa")	Maia	100%	-	100%
Conceitcor – Comércio de Tintas, Soc. Unip., Lda. ("Conceitcor")	Albufeira	100%	-	100%
<u>Com sede em outros países:</u>				
CIN Valentine, S.A. ("CIN Valentine")	Barcelona (Espanha)	-	100%	100%
Pinturas CIN Canarias, S.A. ("Pinturas CIN Canarias")	Tenerife (Espanha)	-	100%	100%
Amida Inversiones, S.L. ("Amida Inversiones")	Madrid (Espanha)	5%	95%	100%
CIN Inmuebles, S.L. ("CIN Inmuebles")	Barcelona (Espanha)	-	100%	100%
CIN Pinturas & Barnices, SLU ("CIN Pinturas & Barnices")	Madrid (Espanha)	-	100%	100%
CIN Internacional B.V. ("CIN BV")	Amesterdão (Holanda)	100%	-	100%
Tintas CIN de Angola, SARL ("CIN Angola")	Benguela (Angola)	1%	99%	100%
Tintas CIN (Moçambique), SARL ("CIN Moçambique")	Maputo (Moçambique)	-	100%	100%
Coatings RE, S.A. ("Coatings RE")	Luxemburgo	-	100%	100%
Vita Investments, S.A. ("Vita Investments")	Luxemburgo	-	100%	100%
PF Investissements, S.A. ("PF Investissements")	Lyon (França)	-	100%	100%
CIN Celliose, S.A. ("CIN Celliose")	Lyon (França)	-	100%	100%
CIN Coatings Mexico S de RL de CV ("CIN Coatings Mexico")	Izcalli (México)	-	100%	100%
CIN Coatings South Africa (PTY), Ltd. ("CIN Coatings South Africa")	Johannesburg (África do Sul)	-	99%	99%
CIN Monopol, SAS ("CIN Monopol")	Valence (França)	-	100%	100%
CIN SORITEC, S.A. ("CIN Soritec")	Girona (Espanha)	-	100%	100%
NASA, Sociedad de R.L.	Valence (França)	-	100%	100%
CIN Govesan, S.A. ("CIN Govesan")	Madrid (Espanha)	-	100%	100%
CIN Coatings Polska Sp.z o.o. ("CIN Polónia")	Pruszków (Polónia)	-	100%	100%
CIN Brasil Participações, Ltda. ("CIN Brasil")	Recife (Brasil)	-	100%	100%
Grupo Boero Bartolomeo:				
Boero Bartolomeo S.p.A. ("Boero Bartolomeo")	Genova (Itália)	82,75%	-	82,75%
Immobiliare Genova MolassanaNuova S.p.A.	Genova (Itália)	-	82,75%	82,75%
Boero Colori France S.a.r.l. ("Boero França")	Mandelieu La Napoule (França)	-	82,75%	82,75%
Boero USA Inc. ("Boero USA")	Wilmington (USA)	-	82,75%	82,75%
BOERO Coatings Turkey A.S. ("Boero Turquia")	Istambul (Turquia)	-	82,75%	82,75%

Com efeitos a 31 de Dezembro de 2021, verificou-se:

- O Grupo CIN adquiriu uma participação maioritária no Grupo Italiano Boero Bartolomeo, tendo sido incluída no perímetro de consolidação pelo método de consolidação integral (Nota 5);
- As empresas CIN Polónia e CIN Brasil passaram a ser incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral;
- Passagem da participação detida na CIN Turquia para o Grupo Boero. Adicionalmente a denominação social desta foi alterada para "BOERO Coatings Turkey A.S.".

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de Dezembro de 2022
(montantes expressos em euros)

As empresas associadas, como definido nas políticas do Grupo, são incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial. As suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2022, são como segue:

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Efectiva
Cenaris, Gmbh	Alemanha	-	30%	30%
Grupo Média Capital, SGPS, S.A.	Portugal	11,20%	-	11,20%
Perfect Obelisk, S.A.	Portugal	-	12%	12%
Chugoku - Boat Italy S.p.A.	Italia	-	30%	30%

O valor de Balanço destas associadas, incluído na rubrica “Investimentos financeiros em associadas”, em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, tinha a seguinte composição:

Associadas:	Valor líquido contabilístico	
	31-12-2022	31-12-2021
Cenaris, Gmbh	860.587	813.611
Grupo Média Capital, SGPS, S.A.	6.433.645	6.433.645
Perfect Obelisk, S.A.	1.706.704	1.680.000
Chugoku - Boat Italy S.p.A.	1.401.567	1.373.000
CIN Sénégal SARL - Société à Responsabilité Limitée	5.450	5.450
	<u>10.407.954</u>	<u>10.305.706</u>

Os principais indicadores destas entidades a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, tinham a seguinte composição:

Exercício de 2022							
	Sede	Activo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	% detida	Montante registado
Associadas:							
Cenaris, Gmbh (*)	Alemanha	4.589.414	2.745.229	1.844.185	529.018	30,00%	860.587
Grupo Média Capital, SGPS, S.A. (**)	Portugal	191.202.289	87.129.001	104.073.288	40.758.364	11,20%	6.433.645
Perfect Obelisk, S.A.	Portugal	14.272.712	50.178	14.222.535	160.257	12,00%	1.706.704
Chugoku - Boat Italy S.p.A.	Italia	14.194.405	10.659.864	3.534.541	356.311	30,00%	1.401.567
CIN Sénégal SARL	Senegal	107.040	127.531	(20.492)	(28.114)	70,00%	5.450
							<u>10.407.953</u>
Exercício de 2021							
	Sede	Activo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	% detida	Montante registado
Associadas:							
Cenaris, Gmbh (*)	Alemanha	3.604.982	1.915.945	1.689.037	764.000	30,00%	813.611
Grupo Média Capital, SGPS, S.A. (**)	Portugal	220.992.661	151.655.691	69.336.970	(8.498.259)	11,20%	6.433.645
Perfect Obelisk, S.A.	Portugal	14.093.642	62.234	14.031.408	32.923	12,00%	1.680.000
Chugoku - Boat Italy S.p.A.	Italia	11.216.978	7.990.780	3.226.198	130.247	30,00%	1.373.000
CIN Sénégal SARL	Senegal	7.786	-	7.786	-	70,00%	5.450
							<u>10.305.706</u>

(*) Mensuração com base na informação da entidade a Novembro de 2022 e Forecast dos resultados a Dezembro de 2022.

(**) Dados divulgados com base na última informação pública disponível à data (30 de Junho de 2022).
A informação poderá ser consultada no site institucional da entidade.

Em 31 de Dezembro de 2022, a "Perfect Obelisk" apresenta uma percentagem de detenção inferior a 20%, no entanto, o Grupo CIN detém representação no Conselho de Administração, pelo que lhe confere influência sobre a mesma.

Em 31 de Dezembro de 2022 os montantes registados associados às participações financeiras detida nas entidades "Chugoku – Boat Italy S.p.A." e "Cenaris, GmbH" incluíam, respectivamente, o valor de 413.000 Euros e 306.900 Euros relativos ao Goodwill associado às diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis das associadas na data de aquisição. A recuperação dos referidos montantes é avaliada como parte integrante do investimento financeiro.

4. OUTROS INVESTIMENTOS

As empresas filiais excluídas da consolidação pelo método integral, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2022, são como segue:

Denominação social	Sede	Valor de balanço	Percentagem do capital detido		
			Directa	Indirecta	Efectiva
<u>Detidas por CIN:</u>					
Tintas CIN Guiné, Lda. ("CIN Guiné")	Bissau (Guiné)	-	51%	-	51%
Tintas CIN Macau, Lda. ("CIN Macau")	Macau (China)	-	90%	-	90%
CIN Senegal SARL ("CIN Senegal")	Dakar (Senegal)	5.450	-	70%	70%

Os investimentos financeiros nas empresas do Grupo – CIN Guiné e CIN Macau encontram-se registados ao custo de aquisição, tendo sido registada uma perda por imparidade para reduzir os mesmos ao valor estimado líquido de realização em face da sua inactividade.

5. ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme referido nas Notas Introdutória e Nota 3, no exercício de 2022 as Empresas Conceitcor e Martolar foram incorporadas na Empresa-mãe, sendo o processo de fusão daquelas entidades realizado a 1 de Janeiro de 2022 com dados de referência de 31 de Dezembro de 2021, passando as mesmas a integrar as demonstrações financeiras da Empresa-mãe.

No exercício de 2021, o Grupo CIN adquiriu uma participação maioritária no Grupo Boero Bartolomeo, que lhe conferiu controlo sobre o referido Grupo. O processo de aquisição foi realizado no início do exercício findo a 31 de Dezembro de 2021, tendo a sua consolidação sido realizada com efeitos a 1 de Janeiro de 2021. O impacto da inclusão do referido Grupo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CIN no exercício de 2021, à data de 1 de Janeiro de 2021:

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
 Em 31 de Dezembro de 2022
 (montantes expressos em euros)

Grupo Boero Bartolomeo

	Nota	01-01-2021 Valor Contabilístico	Ajustamentos de justo valor	Justo Valor
Activos Não Correntes:				
Activos fixos tangíveis	6	19 759 000	3 700 000	23 459 000
Goodwill		7 411 000	(7 411 000)	-
Activos intangíveis	8	2 519 000	23 400 000	25 919 000
Propriedades de investimento		2 463 000	100 000	2 563 000
Investimentos em associadas		1 395 000	-	1 395 000
Outros activos financeiros		722 000	-	722 000
Direitos de uso		3 089 000	-	3 089 000
Activos por impostos diferidos	13	2 182 000	-	2 182 000
Clientes		948 000	-	948 000
Outros activos não correntes		28 000	-	28 000
		40 516 000	19 789 000	60 305 000
Activos Correntes:				
Inventários	14	18 311 000	-	18 311 000
Clientes		34 939 000	-	34 939 000
Outras dívidas de terceiros		1 353 000	-	1 353 000
Estado e outros entes públicos		402 000	-	402 000
Outros activos correntes		1 365 000	-	1 365 000
Caixa e equivalentes a caixa		657 000	-	657 000
		57 027 000	-	57 027 000
Total do activo:		97 543 000	19 789 000	117 332 000
Passivos Não Correntes:				
Empréstimos bancários		4 781 000	-	4 781 000
Responsabilidades com pensões		1 467 000	-	1 467 000
Provisões		1 365 000	-	1 365 000
Locação operacional		2 005 000	-	2 005 000
Passivos por impostos diferidos	13	2 000 000	6 000 000	8 000 000
		11 618 000	6 000 000	17 618 000
Passivos Correntes:				
Empréstimos bancários		6 804 000	-	6 804 000
Locação operacional		1 142 000	-	1 142 000
Fornecedores		17 214 000	-	17 214 000
Outras dívidas a terceiros		3 433 000	-	3 433 000
Estado e outros entes públicos		2 513 000	-	2 513 000
Outros passivos correntes		9 000	-	9 000
Provisões		410 000	-	410 000
		31 525 000	-	31 525 000
Total do Passivo:		43 143 000	6 000 000	49 143 000
Total Activos Líquidos com Exercício de Imputação do Justo Valor:				68 189 000
Interesses sem controlo:				(11 762 603)
Participação detida a 31 de Dezembro de 2020:				(8 927 454)
Preço de aquisição:				(39 590 396)
Badwill:	32			7 908 548
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição:				
Pagamentos efetuados				(39 590 396)
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos				657 000
				(38 933 396)

Decorrente desta operação de concentração foi realizado um exercício de imputação de justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos no processo de concentração.

O justo valor foi determinado através de metodologias de valorização para cada tipologia de activo ou passivo, com base na melhor informação disponível à data da concentração. Os principais ajustamentos ao justo valor efectuados no âmbito deste processo foram:

- (i) Activos fixos tangíveis e Propriedades de investimento (3.800.000 Euros); cuja valorização foi obtida através de avaliações realizadas por peritos independentes;
- (ii) Activos intangíveis – Valorização da Marca (23.400.000 Euros); valorizada com base na metodologia dos royalties libertados, utilizando uma taxa de royalties de 5% e um custo médio ponderado de 12,2%, entre outros pressupostos utilizados; este exercício foi igualmente realizado por perito independente;
- (iii) Passivos por impostos diferidos (6.000.000 Euros) associados aos exercícios de valorização acima identificados;

O exercício de imputação de fair value realizado por parte do Grupo, foi realizado sob monitorização e revisão do Grupo CIN, mas com o apoio de uma entidade externa e independente ao Grupo CIN contractada para o efeito.

A alocação do preço de compra, de acordo com o previsto na IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais, a esta data já se encontra concluída. Em 31 de Dezembro 2022 e 2021 não existem contas a pagar ou a receber decorrentes desta aquisição. Não existem igualmente pagamentos contingentes associados à referida transacção.

A partir de 1 de Janeiro de 2021, o Grupo passou também a incluir no seu exercício de consolidação através do método de consolidação as subsidiárias “Conceitcor”, “CIN Brasil” e “CIN Polónia”, tendo sido o impacto na variação do perímetro das demonstrações financeiras consolidadas a 31 de Dezembro de 2021, o seguinte:

	Nota	CIN Polónia Valor Líquido	CIN Brasil Valor Líquido	Conceitcor Valor Líquido
Activos fixos tangíveis	6	54.102	-	10.468
Goodwill	5	-	-	695.392
Investimentos em empresas associadas	3			(1.252.550)
Outros investimentos		(718.525)	(53.000)	-
Inventários	16	542.293	-	126.544
Clientes		(1.514.268)	-	319.194
Outras dívidas de terceiros		(594.944)	(739.445)	5.113
Estado e outros entes públicos		(33.607)	-	52.671
Outros activos correntes		-	-	2.043
Caixa e equivalentes a caixa		330.014	-	176.331
Fornecedores		(373.803)	-	(1.567)
Outras dívidas a terceiros		(29.023)	-	(68.056)
Provisões		(653)	-	-
Impacto Total:		<u>(2.338.414)</u>	<u>(792.445)</u>	<u>65.582</u>

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de Dezembro de 2022
(montantes expressos em euros)

Os fluxos de caixa de investimento correspondentes ao pagamento / aquisição de “Outros Investimentos”, no exercício de 31 de Dezembro de 2021, referem-se, essencialmente, ao investimento no Grupo Boero (39,6M€) e ao investimento na Perfect Obelisk (1,7M€).

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido no valor bruto dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Exercício de 2022								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos e ferramentas	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activo bruto								
Saldo inicial	36.345.629	134.835.428	130.246.106	2.869.125	26.063.819	2.292.290	2.024.509	334.676.907
Adições	415.061	3.350.972	561.078	290.821	660.070	174.124	6.305.704	11.757.830
Alienações e Abates	(5.123.686)	(2.972.630)	(4.462.192)	(647.613)	(227.898)	(18.064)	(0)	(13.452.083)
Transferências	-	590.700	865.055	-	357.054	(33.103)	(1.779.706)	0
Efeitos da atualização cambial	28.016	908.478	97.238	119.042	37.201	99.541	4.729	1.294.245
Saldo Final	31.665.020	136.712.948	127.307.286	2.631.374	26.890.246	2.514.789	6.555.235	334.276.900
Amortizações e perdas de Imparidade acumuladas								
Saldo inicial	-	84.132.906	111.408.262	2.860.363	24.477.472	1.463.983	-	224.342.992
Amortizações exercício	-	4.712.270	3.810.813	64.918	507.766	220.863	-	9.316.629
Alienações e Abates	-	(2.972.630)	(4.462.193)	(647.613)	(227.898)	(18.063)	-	(8.328.396)
Imparidades (Nota 30)	-	5.500.000	-	-	-	-	-	5.500.000
Efeitos da atualização cambial	-	95.651	101.471	107.212	28.872	73.110	-	406.315
Saldo Final	-	91.468.198	110.858.353	2.384.879	24.786.213	1.739.892	-	231.237.540
Valor Líquido	31.665.020	45.244.750	16.448.933	246.496	2.104.034	774.897	6.555.235	103.039.361

Exercício de 2021								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos e ferramentas	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activo bruto								
Saldo inicial	26.890.070	121.805.730	79.451.777	4.544.751	25.097.195	4.025.250	2.880.343	264.695.117
Variação de perímetro (Nota 5)	9.511.217	14.089.355	51.032.087	935.751	1.226.038	241.761	153.125	77.189.334
Adições	-	1.368.716	2.312.364	49.144	422.963	401.759	1.600.245	6.155.193
Alienações e Abates	(55.658)	(4.808.086)	(3.525.771)	(2.666.617)	(861.425)	(2.422.324)	-	(14.339.881)
Transferências	-	1.469.510	964.960	(648)	177.838	(2.455)	(2.609.205)	(0)
Efeitos da atualização cambial	-	910.204	10.689	6.742	1.210	48.300	-	977.145
Saldo Final	36.345.629	134.835.428	130.246.106	2.869.125	26.063.819	2.292.290	2.024.509	334.676.907
Amortizações e perdas de Imparidade acumuladas								
Saldo inicial	-	75.779.450	66.370.653	4.352.308	22.899.123	3.376.945	-	172.778.484
Variação de perímetro (Nota 5)	-	7.201.819	44.375.287	889.811	1.050.073	148.774	-	53.665.764
Amortizações exercício	-	3.764.973	4.188.094	139.489	1.268.082	177.297	-	9.537.935
Alienações e Abates	-	(2.613.335)	(3.525.771)	(2.521.246)	(739.807)	(2.239.033)	-	(11.639.192)
Saldo Final	-	84.132.906	111.408.262	2.860.363	24.477.472	1.463.983	-	224.342.991
Valor Líquido	36.345.629	50.702.522	18.837.845	8.762	1.586.348	828.308	2.024.509	110.333.915

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os “Activos fixos tangíveis em curso” eram essencialmente respeitantes a projectos em curso relativos a edifícios e equipamentos industriais e técnicos.

No decorrer do exercício, as diversas sociedades que compõe o Grupo procederam à alienação de três imóveis: em Las Palmas, em Luanda e em Pozzolo Formigaro, que, no seu conjunto, geraram uma mais-valia de 2,0 M€ (nota 32).

Durante o exercício e face aos indicadores de imparidade identificados, o Grupo optou por realizar uma análise de imparidade formal sobre os activos não correntes de uma das suas subsidiárias em Espanha. Esta análise foi realizada tendo por base uma avaliação de perito externo e independente sobre um imóvel e respectivo terreno. Da referida análise foi reconhecida por parte da Empresa uma imparidade adicional sobre os activos não correntes da referida participada de 5,5 milhões de Euros (4,7 milhões de Euros, uma vez descontados impostos diferidos passivos gerados num exercício de imputação de justo valor realizado aquando da aquisição da referida participada). Este montante foi registado por parte da Empresa em capitais próprios, e encontra-se evidenciado na Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio na linha “Outros” (Nota 30).

7. GOODWILL

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o valor líquido contabilístico do Goodwill, o qual foi originado por aquisições efectuadas pelo Grupo nos mercados referidos com o objectivo de expandir as suas operações nesses mercados, tinha a seguinte composição:

País / negócio	31-12-2022			31-12-2021		
	Valor Bruto	Imparidade Acumulada (Nota 30)	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade Acumulada (Nota 30)	Valor Líquido
Espanha	6 647 178	(3 500 000)	3 147 178	6 647 178	(3 500 000)	3 147 178
França	12 948 526	-	12 948 526	12 948 526	-	12 948 526
Portugal	8 568 186		8 568 186	8 568 186		8 568 186
	28 163 890	(3 500 000)	24 663 890	28 163 890	(3 500 000)	24 663 890

O Grupo procede anualmente a testes de imparidade ao Goodwill. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso.

As análises de imparidade do Goodwill são efectuadas utilizando o método “Discounted Cash Flows”, tendo como base as projecções financeiras de *cash flows* de cada unidade geradora de caixa para um período de 5 anos e considerando uma perpetuidade após o último ano de projecção.

As projecções financeiras são preparadas com base em pressupostos de evolução da actividade das unidades geradoras de caixa, que o Conselho de Administração entende serem coerentes com o histórico e com as tendências de mercado, sendo razoáveis, prudentes e que reflectam a sua visão. Adicionalmente, sempre que possível, foram considerados dados de mercado obtidos de entidades externas, os quais foram comparados com dados históricos e a experiência do Grupo.

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
 Em 31 de Dezembro de 2022
 (montantes expressos em euros)

As taxas de desconto utilizadas reflectem o nível de endividamento e custo do capital alheio do Grupo CIN, bem como o nível de risco e rentabilidade esperada pelo mercado. Acresce referir que, na determinação das taxas de desconto, a componente relativa à taxa de juro de um activo sem risco tem por referência a taxa de juro das obrigações alemãs, acrescido de um prémio de risco para Portugal. As taxas de desconto utilizadas incluem ainda um prémio de risco de mercado.

A taxa de crescimento da perpetuidade é estimada com base na análise do potencial de mercado de cada unidade geradora de caixa, com base em expectativas do Conselho de Administração.

A quantificação dos pressupostos acima referidos foi efectuada tendo por base dados históricos, bem como a expectativa do Conselho de Administração do Grupo. Contudo, tais pressupostos podem ser afectados por fenómenos de natureza política, económica ou legal que neste momento são imprevisíveis.

Em 31 de Dezembro de 2022, os métodos e os pressupostos utilizados na elaboração dos testes de imparidade relativamente ao Goodwill, foram como segue:

Principais pressupostos	Espanha	França	Portugal
Taxa de desconto	9,0%	7,6%	9,0%
Crescimento de vendas	6,9%	4,9% - 6,3%	2,7%
Taxa de crescimento da perpetuidade	1,5%	1,5%	1,5%

O Goodwill associado a Espanha refere-se a uma actividade criada recentemente (2017), onde se perspectivam crescimentos acentuados do volume de negócio e dos resultados, sendo o entendimento da gestão que os valores reconhecidos no goodwill serão recuperados na íntegra.

O aumento de 0,25% no pressuposto das taxas de desconto ao longo dos anos das projecções não implicaria a necessidade de registar perdas por imparidade adicionais em 31 de Dezembro de 2022. De igual forma, a redução em 0,5% no pressuposto das taxas de crescimento não resultaria em perdas significativas em 31 de Dezembro de 2022.

8. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido no valor bruto dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Exercício de 2022							
	Despesas de instalação	Despesas de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Trespases	Marcas	Imobilizações em curso	Total
Activo bruto:							
Saldo inicial	2.790.952	12.627.990	14.167.963	4.914.153	23.400.000	449.157	58.350.214
Adições	59.916	164.125	842.209	-	-	71.224	1.137.474
Alienações e Abates	-	-	(483.548)	-	-	-	(483.548)
Transferências	172.972	-	336.070	(371.750)	-	(137.292)	-
Efeitos da atualização cambial	-	-	11.715	-	-	(8)	11.707
Saldo final	<u>3.023.840</u>	<u>12.792.115</u>	<u>14.874.409</u>	<u>4.542.403</u>	<u>23.400.000</u>	<u>383.082</u>	<u>59.015.848</u>
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:							
Saldo inicial	1.388.092	10.494.478	12.824.892	2.200.886	-	-	26.908.348
Amortizações do exercício	281.419	1.145.964	587.040	-	-	-	2.014.422
Alienações e Abates	-	-	(483.548)	-	-	-	(483.548)
Transferências	(52.633)	-	191.155	(138.522)	-	-	-
Efeitos da atualização cambial	-	-	11.582	-	-	-	11.582
Saldo final	<u>1.616.878</u>	<u>11.640.441</u>	<u>13.131.121</u>	<u>2.062.364</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.450.804</u>
Valor líquido	<u>1.406.962</u>	<u>1.151.674</u>	<u>1.743.287</u>	<u>2.480.039</u>	<u>23.400.000</u>	<u>383.082</u>	<u>30.565.044</u>

Exercício de 2021							
	Despesas de instalação	Despesas de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Trespases	Marcas	Imobilizações em curso	Total
Activo bruto:							
Saldo inicial	8 074	12 430 829	6 319 847	3 031 493	-	-	21 790 243
Variação de perímetro (Nota 5)	2 444 202	-	7 441 576	-	23 400 000	124 610	33 410 388
Adições	338 675	285 187	612 895	-	-	324 546	1 561 303
Alienações e Abates	-	(88 026)	(206 355)	-	-	-	(294 381)
Transferências	-	-	-	1 882 660	-	-	1 882 660
Saldo final	<u>2 790 952</u>	<u>12 627 990</u>	<u>14 167 963</u>	<u>4 914 153</u>	<u>23 400 000</u>	<u>449 157</u>	<u>58 350 214</u>
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:							
Saldo inicial	7 101	9 260 585	5 977 546	386 677	-	-	15 631 910
Variação de perímetro (Nota 5)	1 013 270	-	6 478 118	-	-	-	7 491 388
Amortizações do exercício	322 189	1 321 918	495 745	-	-	-	2 139 852
Alienações e Abates	-	(88 026)	(126 517)	-	-	-	(214 543)
Transferências	45 532	-	-	1 814 209	-	-	1 859 741
Saldo final	<u>1 388 092</u>	<u>10 494 478</u>	<u>12 824 892</u>	<u>2 200 886</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26 908 348</u>
Valor líquido	<u>1 402 860</u>	<u>2 133 512</u>	<u>1 343 071</u>	<u>2 713 267</u>	<u>23 400 000</u>	<u>449 157</u>	<u>31 441 866</u>

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, as rubricas “Marcas” e “Trespases” correspondem a:

- A rubrica “Marcas” inclui o montante de 23.400.000 Euros, que corresponde à valorização da marca Boero (Nota 5).
- A rubrica “Trespases” inclui o montante de 2.107.069 Euros correspondente ao contrato de trespasse celebrado entre a CIN e a Tintas Robbialac, S.A. em 19 de Novembro de 2007, mediante o qual a CIN adquiriu o negócio daquela entidade denominado “Segmento de Indústria”.

A CIN efectua testes de imparidade sobre os activos intangíveis sem vida útil definida com base anual, tendo por base os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração.

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de Dezembro de 2022
(montantes expressos em euros)

9. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE LOCAÇÕES

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 no montante dos activos relacionados com direitos de uso, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Exercício de 2022			
	Edifícios	Equipamento transporte	Outros Equipamentos	Total
Activo Bruto:				
Saldo Inicial	15.862.514	5.148.833	621.000	21.632.347
Aumentos	5.488.061	1.157.815	1.147.057	7.792.932
Actualizações de contratos	291.466	698.980	-	990.447
Contratos terminados	(3.143.100)	(367.833)	-	(3.510.933)
Cancelamentos de contratos	-	(79.738)	-	(79.738)
Saldo Final	18.498.941	6.558.057	1.768.057	26.825.054
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:				
Saldo Inicial	7.931.375	2.905.679	380.000	11.217.054
Aumentos	4.442.720	1.561.905	210.267	6.214.892
Contratos terminados	(3.156.697)	(324.308)	-	(3.481.005)
Cancelamentos de contratos	-	(61.558)	-	(61.558)
Saldo Final	9.217.397	4.081.718	590.267	13.889.382
Valor Líquido	9.281.543	2.476.339	1.177.790	12.935.671

	Exercício de 2021			
	Edifícios	Equipamento transporte	Outros Equipamentos	Total
Activo Bruto:				
Saldo Inicial	9.661.201	4.009.562	-	13.670.762
Varição de perímetro (Nota 5)	3.878.000	1.391.000	471.000	5.740.000
Aumentos	4.731.617	1.140.669	150.000	6.022.285
Actualizações de contratos	19.843	93.937	-	113.781
Contratos terminados	(2.428.147)	(1.344.840)	-	(3.772.987)
Cancelamentos de contratos	-	(141.494)	-	(141.494)
Saldo Final	15.862.514	5.148.833	621.000	21.632.347
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:				
Saldo Inicial	4.378.607	2.077.247	-	6.455.853
Varição de perímetro (Nota 5)	1.724.000	691.000	236.000	2.651.000
Aumentos	4.203.607	1.493.556	144.000	5.841.163
Contratos terminados	(2.374.839)	(1.265.750)	-	(3.640.589)
Cancelamentos de contratos	-	(90.373)	-	(90.373)
Saldo Final	7.931.375	2.905.679	380.000	11.217.054
Valor Líquido	7.931.139	2.243.154	241.000	10.415.293

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 no montante dos passivos de locação foi o seguinte:

	Exercício de 2022			
	Edifícios	Equipamento transporte	Outros Equipamentos	Total
Saldo Inicial	8 103 796	2 279 115	245 000	10 627 911
Aumentos (novos contratos)	5 743 907	1 555 975	1 146 394	8 446 275
Pagamentos	(4 438 738)	(1 605 319)	(209 254)	(6 253 310)
Alteração/cancelamento de contratos	113 806	286 931	-	400 737
Saldo Final	9 522 771	2 516 702	1 182 140	13 221 613

	Exercício de 2021			Total
	Edifícios	Equipamento transporte	Outros Equipamentos	
Saldo Inicial	5.342.154	1.967.092	-	7.309.245
Variação de perímetro (Nota 5)	2.199.000	709.000	239.000	3.147.000
Aumentos (novos contratos)	4.731.617	1.130.669	151.000	6.013.285
Pagamentos	(4.216.059)	(1.538.427)	(145.000)	(5.899.486)
Alteração/cancelamento de contratos	47.084	10.781	-	57.866
Saldo Final	8.103.796	2.279.115	245.000	10.627.911

O montante de passivos de locação detalha-se do seguinte modo:

	31-12-2022	31-12-2021
Entre 1 e 2 anos	2.639.736	2.721.329
Entre 2 e 3 anos	1.744.688	1.217.560
Entre 3 e 4 anos	2.382.216	1.759.834
Mais de 4 anos	1.420.181	432.616
	<u>8.186.822</u>	<u>6.131.340</u>

10. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o detalhe por imóvel das Propriedades de investimento do Grupo é como segue:

	31-12-2022	31-12-2021
Propriedades de investimento:		
Terreno/Imóveis Guardieiras	4 626 055	4 617 867
Terreno/Imóveis Leça da Palmeira	2 330 334	2 330 334
Terreno/Imóveis Itália	2 202 000	2 382 654
Terreno/Imóveis Outros	-	375 109
	<u>9 158 389</u>	<u>9 705 964</u>

Os montantes registados nesta rubrica referem-se a imóveis não utilizados no decurso ordinário dos negócios do Grupo CIN, estando, no seu estado actual ou após processo de valorização, destinados a venda.

O Grupo tem como política, com base recorrente, realizar avaliações por avaliadores externos independentes, com qualificação profissional, a fim de aferir do valor de recuperação dos referidos activos.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

	31-12-2022	31-12-2021
Propriedades de investimento:		
Saldo em 1 de Janeiro	9 705 964	16 262 648
Variação de perímetro (Nota 5)	-	2 563 000
Adições	8 535	575 002
Alienações	(375 109)	(7 830 779)
Imparidades (Nota 30)	-	(1 683 561)
Depreciações do exercício	<u>(181 000)</u>	<u>(180 346)</u>
Saldo em 31 de Dezembro	<u>9 158 389</u>	<u>9 705 964</u>

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de Dezembro de 2022
(montantes expressos em euros)

Em 2021, decorrente das avaliações efectuadas por peritos externos e independentes ao Grupo CIN, foi constituída uma imparidade de 1.683.561 Euros relativa ao Terreno das Guardieiras dado que nesta data, o seu justo valor era inferior ao valor contabilístico nesse montante (Nota 30).

Acresce referir, que em 31 de Dezembro de 2021, o valor registado na linha "Variação de perímetro" está associado à operação de aquisição da Boero.

No exercício de 2022, foi efectuada a alienação de um imóvel, tendo em resultado da mesma sido registada uma mais-valia no montante de 37.448 Euros (Nota 32).

11. CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 1.3 d), foram classificados como segue:

Activos financeiros

	Notas	Instrumentos de dívida e contas a receber ao custo amortizado	Instrumentos de dívida e contas a receber ao custo	Instrumentos de dívida ao justo valor através da demonstração de resultados	Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral	Total
31 de Dezembro de 2022						
Activos não correntes						
Instrumentos financeiros derivados	12	-	-	-	5.126.717	5.126.717
Outros activos financeiros	13	-	1.263.291	110.063	-	1.373.354
Clientes	17	569.000	-	-	-	569.000
Outros activos não correntes	15	553.288	-	-	-	553.288
		<u>1.122.288</u>	<u>1.263.291</u>	<u>110.063</u>	<u>5.126.717</u>	<u>7.622.359</u>
Activos correntes						
Clientes	17	79.731.295	-	-	-	79.731.295
Outras dívidas de terceiros	18	4.051.455	-	-	-	4.051.455
Outros activos correntes	19	2.890.946	-	-	-	2.890.946
Outros activos financeiros	13	-	-	-	7.086.355	7.086.355
Caixa e equivalentes a caixa	20	47.590.247	-	-	-	47.590.247
		<u>134.263.944</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.086.355</u>	<u>141.350.299</u>
		<u>135.386.231</u>	<u>1.263.291</u>	<u>110.063</u>	<u>12.213.073</u>	<u>148.972.658</u>
31 de Dezembro de 2021						
Activos não correntes						
Outros activos financeiros	13	-	1.413.291	112.416	-	1.525.707
Clientes	17	725.000	-	-	-	725.000
Outros activos não correntes	15	518.842	-	-	-	518.842
		<u>1.243.842</u>	<u>1.413.291</u>	<u>112.416</u>	<u>-</u>	<u>2.769.549</u>
Activos correntes						
Clientes	17	71.981.962	-	-	-	71.981.962
Outras dívidas de terceiros	18	5.019.265	-	-	-	5.019.265
Outros activos correntes	19	2.014.072	-	-	-	2.014.072
Outros activos financeiros	13	-	-	-	9.842.949	9.842.949
Caixa e equivalentes a caixa	20	41.385.237	-	-	-	41.385.237
		<u>120.400.535</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.842.949</u>	<u>130.243.484</u>
		<u>121.644.377</u>	<u>1.413.291</u>	<u>112.416</u>	<u>9.842.949</u>	<u>133.013.033</u>

Passivos financeiros

<u>31 de Dezembro de 2022</u>	<u>Notas</u>	Passivos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado	Total
<u>Passivos não correntes</u>			
Financiamentos obtidos	24	164.358.569	164.358.569
Passivos de locações	9	8.186.822	8.186.822
		<u>172.545.390</u>	<u>172.545.390</u>
<u>Passivos correntes</u>			
Financiamentos obtidos	24	18.598.759	18.598.759
Passivos de locações	9	5.034.791	5.034.791
Fornecedores	26	57.076.997	57.076.997
Outras dívidas a terceiros	27	6.755.707	6.755.707
Outros passivos correntes	29	10.201.393	10.201.393
		<u>97.667.648</u>	<u>97.667.648</u>
		<u>270.213.038</u>	<u>270.213.038</u>

<u>31 de Dezembro de 2021</u>	<u>Notas</u>	Passivos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado	Total
<u>Passivos não correntes</u>			
Financiamentos obtidos	24	129.735.748	129.735.748
Passivos de locações	9	6.131.340	6.131.340
		<u>135.867.088</u>	<u>135.867.088</u>
<u>Passivos correntes</u>			
Financiamentos obtidos	24	48.132.606	48.132.606
Passivos de locações	9	4.496.571	4.496.571
Fornecedores	26	62.969.156	62.969.156
Outras dívidas a terceiros	27	5.090.420	5.090.420
Outros passivos correntes	29	11.663.232	11.663.232
		<u>132.351.985</u>	<u>132.351.985</u>
		<u>268.219.072</u>	<u>268.219.072</u>

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O Grupo tem contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivados, que se destinam a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro.

A contratação deste tipo de instrumentos é efectuada tendo em conta os riscos que afectam os passivos e após a verificação de quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados a cobertura desses riscos.

Estas operações, são permanentemente monitorizadas, nomeadamente através da análise de diversos indicadores relativos a estes instrumentos, em particular a evolução do seu valor de mercado e a

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
 Em 31 de Dezembro de 2022
 (montantes expressos em euros)

sensibilidade dos cash-flows estimados e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objectivo de avaliar os seus efeitos financeiros.

O registo dos instrumentos financeiros derivados é efectuado de acordo com as disposições da IFRS 9, sendo mensurados pelo seu justo valor, considerando, para tal, avaliações efectuadas por instituições financeiras baseadas em modelos matemáticos. Estes modelos baseiam-se, essencialmente, em informação de mercado.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pela Empresa consistem em swaps de taxa de juro.

Procede-se a qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação, em observância as disposições da IFRS 9.

A contabilidade de cobertura é aplicável aos instrumentos financeiros derivados que são eficientes no que respeita ao efeito de anulação das variações de cash flows dos activos/passivos subjacentes. A eficiência de tais operações é verificada por parte do Grupo.

Instrumentos de cobertura de cash flows são instrumentos financeiros derivados que cobrem o risco de taxa de juro. A parcela efectiva das variações de justo valor das coberturas de cash flows é reconhecida em capital próprio na rubrica "Reservas de cobertura", enquanto a parte não eficiente é imediatamente registada na demonstração dos resultados.

Cobertura de cash – Flow

Em 31 de Dezembro de 2022, a Empresa tinha contratado os seguintes instrumentos financeiros derivados de taxa de juro:

Tipo de operação	Maturidade	Montante subjacente	Justo valor
Cobertura de cash flows	17/12/2026	45.000.000	3.541.859
Cobertura de cash flows	12/11/2025	40.000.000	1.584.858

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 encontrava-se registada no capital próprio uma reserva de cobertura associada a estes instrumentos financeiros derivados, líquido do efeito fiscal, no montante de 3.973.206 Euros.

13. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica “Outros activos Financeiros” é como segue:

<u>Outros activos financeiros - Não Correntes</u>	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Investimentos mensurados ao Custo:		
Kuikila Moçambique	563 291	563 291
Nanopaint, Lda	-	150 000
Delp Itália	700 000	700 000
	<u>1 263 291</u>	<u>1 413 291</u>
Investimentos mensurados ao Justo Valor	110 063	112 416
	<u>1 373 354</u>	<u>1 525 707</u>

<u>Outros activos financeiros - Correntes</u>	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Investimentos mensurados ao Justo Valor:		
Obrigações	4 908 817	6 676 480
Fundos de Obrigações	<u>2 177 538</u>	<u>3 166 469</u>
	<u>7 086 355</u>	<u>9 842 949</u>
	<u>7 086 355</u>	<u>9 842 949</u>

Os investimentos financeiros mensurados ao custo resultam do facto de se tratar de investimentos em sociedades não cotadas, e cujo justo valor não pode ser mensurado fiavelmente.

Os investimentos mensurados ao justo valor acima identificados, são instrumentos cotados, para os quais existe informação de mercado para utilizar medidas de valorização de Nível 1. Os pagamentos e recebimentos desta tipologia de instrumentos, são registadas na linha “Investimentos detidos para negociação” (Fluxos de caixa gerados pela actividade de investimento) da demonstração dos fluxos de caixa.

14. IMPOSTOS

O detalhe dos montantes e natureza dos activos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de Dezembro de 2022, bem como o respectivo movimento no exercício findo naquela data podem ser resumidos como segue:

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
 Em 31 de Dezembro de 2022
 (montantes expressos em euros)

	Saldos iniciais	Varição Perímetro	Transferências	Efeito em Resultados (Nota 34)	Efeito em capitais próprios	Saldos finais
Activos por impostos diferidos:						
Amortizações não aceites fiscalmente	180 969		209 971	50 505	-	340 435
Provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	1 120 827		837 200	(75 089)		2 033 116
Fundo pensões (relativo a acréscimos de custos)	817 664		27 859	(460 739)	-	1 306 262
Prejuízos fiscais	553 202		-	539 974	-	13 228
Imparidade Propriedades Investimento	697 312		-	-	-	697 312
Avaliação de instrumentos derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Outros	91 790		160 560	40 464	(200 702)	412 588
	<u>3 461 764</u>	<u>-</u>	<u>1 235 590</u>	<u>95 115</u>	<u>(200 702)</u>	<u>4 802 941</u>
Passivos por impostos diferidos:						
Avaliação de instrumentos derivados de cobertura		-	-	-	1 153 511	1 153 511
Reavaliação activos	8 465 304		1 235 590	(12 503)	(791 398)	8 896 993
Ajustamentos Justo valor imóveis	901 165		-	(72 956)	-	828 209
Outros	752 290	-	-	41 484	(71 622)	722 153
	<u>10 118 759</u>	<u>-</u>	<u>1 235 590</u>	<u>(43 975)</u>	<u>290 492</u>	<u>11 600 867</u>

O detalhe dos montantes e natureza dos activos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de Dezembro de 2021, bem como o respectivo movimento no exercício findo naquela data podem ser resumidos como segue:

	Saldos iniciais	Varição Perímetro	Transferências	Efeito em Resultados (Nota 34)	Efeito em capitais próprios	Concentração de activid emp	Saldos finais
Activos por impostos diferidos:							
Amortizações não aceites fiscalmente	240.451	(16.018)	-	43.464	-	-	180.969
Provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	1.772.284	422.524	-	983.686	90.295	-	1.120.827
Fundo pensões (relativo a acréscimos de custos)	387.648	-	-	(430.015)	-	-	817.664
Prejuízos fiscais	554.057	500.720	-	501.575	-	-	553.202
Imparidade Propriedades Investimento	-	-	-	(697.312)	-	-	697.312
Avaliação de instrumentos derivados de cobertura	51.470	-	-	-	51.470	-	0
Outros	116.752	1.274.340	(1.235.590)	63.711	-	-	91.790
	<u>3.122.662</u>	<u>2.181.566</u>	<u>(1.235.590)</u>	<u>465.109</u>	<u>141.765</u>	<u>-</u>	<u>3.461.764</u>
Passivos por impostos diferidos:							
Reavaliação activos	1.769.477	2.000.000	(1.235.590)	(25.141)	(43.444)	6.000.000	8.465.304
Anulação de provisões	20.239	-	-	-	(20.239)	-	-
Ajustamentos Justo valor imóveis	974.116	-	-	(72.951)	-	-	901.165
Outros	1.128.468	-	-	-	(376.178)	-	752.290
	<u>3.892.301</u>	<u>2.000.000</u>	<u>(1.235.590)</u>	<u>(98.092)</u>	<u>(439.860)</u>	<u>6.000.000</u>	<u>10.118.759</u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da CIN e das empresas do Grupo estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais das Empresas do Grupo sedeadas em Portugal desde 2019 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da CIN entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2022.

Em Espanha, no exercício de 2014, os prejuízos fiscais deixaram de ter limite temporal de utilização futura. Em França, a utilização futura dos prejuízos fiscais, não tem igualmente limite temporal.

Em 31 de Dezembro de 2022, o Grupo detinha créditos fiscais reportáveis como segue (com base nas respectivas declarações de rendimentos já entregues):

Exercícios em que foram gerados	Espanha	França
Anteriores a 2017	63 672 417	3 191 509
Exercício de 2017	7 999 218	-
Exercício de 2018	9 015 573	-
Exercício de 2019	6 525 036	675 760
Exercício de 2020	6 630 310	836 961
Exercício de 2021	5 715 944	-
Exercício de 2022	9 202 392	229 473
	<u>108 760 891</u>	<u>4 933 703</u>

Não se encontram registados impostos diferidos activos relativamente a estes montantes.

As empresas Amida Inversiones, S.L., CIN Valentine, S.A., Pinturas CIN Canárias, S.A., CIN Inmuebles, S.L., CIN Soritec S.A., CIN Pinturas y Barnices, SLU e CIN Govesan S.A. sedeadas em Espanha, encontram-se a ser tributadas de acordo com um Consolidado fiscal, cuja empresa-mãe é a Amida Inversiones, S.L.U., a qual agrega os prejuízos fiscais gerados pelas empresas do perímetro fiscal. As empresas do Grupo CIN sedeadas em França, CIN Celliose e PFI, são também tributadas pelo respectivo lucro consolidado fiscal, em conformidade com a legislação francesa.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos activos e passivos por impostos diferidos foram as seguintes:

País origem da filial:	Taxa de imposto utilizada	
	31-12-2022	31-12-2021
Portugal	22,50%	22,50%
Espanha	25,00%	25,00%
Luxemburgo	24,90%	24,90%
Países Baixos	25,80%	25,00%
Angola	25,00%	25,00%
Moçambique	32,00%	32,00%
França	29,50%	29,50%
Itália	27,90%	27,90%
México	30,00%	30,00%
África do Sul	28,00%	28,00%

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, as Empresas portuguesas encontram-se adicionalmente sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
 Em 31 de Dezembro de 2022
 (montantes expressos em euros)

15. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-12-2022	31-12-2021
Cauções e Garantias prestadas	553.288	518.842
	<u>553.288</u>	<u>518.842</u>

Os montantes incluídos nesta rubrica referem-se a cauções e garantias prestadas a terceiros no âmbito de contratos relativos à actividade corrente do Grupo.

16. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-12-2022	31-12-2021
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	29 713 843	35 193 529
Mercadorias	12 612 042	10 171 674
Produtos Acabados e Intermédios	44 070 400	35 898 930
	<u>86 396 286</u>	<u>81 264 134</u>
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 30)	(6 249 167)	(6 999 265)
	<u>80 147 119</u>	<u>74 264 869</u>

O custo das existências vendidas e consumidas nos exercícios findos em 31 de Dezembro 2022 e 2021 foi apurado como segue:

	31-12-2022	31-12-2021
Existências iniciais		
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	35 193 529	17 401 648
Mercadorias	10 171 674	6 847 320
Variação de perímetro		8 296 614
Compras	187 298 380	182 958 453
Regularizações de existências	(432 106)	(597 690)
Efeito Cambial	603 215	(1 263 203)
Existências finais		
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	(29 713 843)	(35 193 529)
Mercadorias	(12 612 042)	(10 171 674)
	<u>190 508 808</u>	<u>168 277 938</u>

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de Dezembro 2022 e 2021 foi apurada como segue:

	31-12-2022	31-12-2021
Existências finais	44 070 400	35 898 930
Variação de perímetro	-	(12 825 346)
Regularizações de existências	(278 995)	(114 808)
Existências iniciais	(35 898 930)	(23 451 222)
	<u>7 892 475</u>	<u>(492 446)</u>

17. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Clientes, não corrente	569 000	725 000
Clientes, conta corrente	82 037 753	72 759 204
Clientes, letras a receber	1 015 038	532 897
Clientes de cobrança duvidosa	<u>7 639 546</u>	<u>9 388 455</u>
	91 261 338	83 405 555
 Perdas por imparidades acumuladas em clientes (Nota 30)	 <u>(10 961 043)</u>	 <u>(10 698 593)</u>
	<u>80 300 295</u>	<u>72 706 962</u>

A 31 de Dezembro de 2022 os montantes classificados na rubrica de clientes como não correntes são relativos à venda de equipamentos cujo valores em dívida apenas se vencerão a mais de 1 ano.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. O Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber se aproximam do seu justo valor. O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes.

De acordo com a informação constante no balanço do Grupo, a antiguidade dos saldos a receber de clientes é a seguinte:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Não vencido	66.615.603	58.280.976
Vencido mas não provisionado:		
0-30 dias	8.337.934	8.050.403
30-90 dias	3.635.338	4.300.921
mais de 90 dias	1.711.419	2.074.663
Vencido e provisionado:		
0-90 dias	109.761	79.819
90-180 dias	414.441	279.584
180-360 dias	558.438	535.891
Mais de 360 dias	<u>9.878.404</u>	<u>9.803.298</u>
	<u>91.261.338</u>	<u>83.405.555</u>

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
 Em 31 de Dezembro de 2022
 (montantes expressos em euros)

18. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-12-2022	31-12-2021
Saldos devedores de fornecedores	135 653	215 497
Pessoal	570 625	310 831
Adiantamentos a fornecedores e fornecedores de imobilizado	1 231 927	1 223 624
Contas a receber de empresas associadas	1 209 756	1 230 819
Outros devedores	5 863 674	6 086 013
	9 011 636	9 066 785
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 30)	(4 960 181)	(4 047 521)
	4 051 455	5 019 265

A rubrica contas a receber de empresas associadas regista os créditos correntes que a Boero detém sobre a associada Chugoku – Boat Italy, S.P.A.

O valor de perdas de imparidade acumuladas está associado, essencialmente, aos saldos presentes na rubrica de outros devedores.

19. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-12-2022	31-12-2021
Seguros antecipados	105 361	40 365
Rendas antecipadas	350 588	308 643
Juros a receber	25 813	42 701
Campanhas Marketing	376 840	645 089
Outros	2 032 344	977 274
	2 890 946	2 014 072

Em 31 de Dezembro de 2022 a rubrica de Outros é composta essencialmente por custos com serviços contratados que se encontram a ser diferidos pelo período de ocorrência dos referidos serviços.

20. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o detalhe de caixa e seus equivalentes era como segue:

	31-12-2022	31-12-2021
Caixa e equivalentes de caixa		
Numerário	64.438	42.344
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	47.478.943	41.298.208
Equivalentes a caixa	46.867	44.684
	47.590.247	41.385.237

Em 31 de Dezembro de 2022, a Empresa e as suas participadas têm disponíveis linhas de crédito não utilizadas no montante de 113.180.877 Euros que poderão ser utilizadas para futuras actividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessas facilidades.

21. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2022, o capital social da CIN – Corporação Industrial do Norte, S.A., totalmente subscrito e realizado, é composto por 25.000.000 acções com o valor nominal de 1 Euro, cada.

Em 31 de Dezembro de 2022, a Pleso Holding B.V. detém 97,5% do capital da Empresa (Nota introdutória).

22. CAPITAL PRÓPRIO

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, apurado nas contas individuais da Empresa, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos accionistas, excepto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respectivos bens objecto de reavaliação tenham sido alienados.

Reservas de conversão cambial

As reservas de conversão cambial reflectem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor reflectem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros disponíveis para venda e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

23. INTERESSES SEM CONTROLO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o movimento da rubrica do balanço “Interesses sem controlo”, foi como segue:

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
 Em 31 de Dezembro de 2022
 (montantes expressos em euros)

	31-12-2022	31-12-2021
Saldo em 1 de Janeiro	12.029.484	(2.646)
Movimentos gerados no exercício associados ao processo de aquisição do Grupo Boero (Nota 5):	-	11.762.603
Outras variações patrimoniais atribuíveis aos interesses sem controlo:	(342.130)	(330.696)
Resultado líquido do exercício:	597.768	600.223
Saldo em 31 de Dezembro	12.285.122	12.029.484

Em 2021, o movimento do exercício inclui o impacto da aquisição do Grupo Boero na qual a entidade detém uma participação que lhe confere controlo de 82,75% conforme referido na Nota 5.

Os interesses sem controlo encontram-se associados às participações no Grupo Boero Bartolomeo e Navis – Marine Paints.

A 31 de Dezembro de 2022, a informação agregada destas subsidiárias com interesses sem controlo incluídas no exercício de consolidação é como segue:

	31-12-2022		31-12-2021		Total Activos	Resultado do
	Activo	Activo	Passivo	Passivo	Líquidos	Exercício
Entidades com interesses sem controlo:	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente		
Grupo Boero Bartolomeo	36 738 000	75 589 000	10 911 000	43 476 000	57 940 000	3 929 000
Navis – Marine Paints, S.A.	13 228	10 985	-	23 485	728	(7 035)

24. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os financiamentos obtidos, por natureza de financiamento, eram como segue:

	31-12-2022			
	Limite	Montante utilizado	Corrente	Não corrente
Empréstimos Bancários	53 475 634	18 298 741	12 541 659	5 757 083
Programas Papel Comercial	115 000 000	37 000 000	-	37 000 000
Empréstimos Obrigacionistas	125 000 000	125 000 000	5 000 000	120 000 000
Subsídios ao Investimento	2 762 278	2 762 278	524 842	2 237 436
Encargos com emissão de empréstimos	-	(103 691)	532 259	(635 950)
	296 237 911	182 957 328	18 598 759	164 358 569

	31-12-2021			
	Limite	Montante utilizado	Corrente	Não corrente
Empréstimos Bancários	55 125 494	17 687 136	9 768 502	7 918 634
Programas Papel Comercial	110 500 000	73 000 000	38 500 000	34 500 000
Empréstimos Obrigacionistas	85 000 000	85 000 000	-	85 000 000
Subsídios ao Investimento	2 980 324	2 980 324	218 047	2 762 277
Encargos com emissão de empréstimos	-	-	(353 943)	(445 163)
	253 605 818	178 667 460	48 132 606	129 735 748

Os montantes registados na rubrica de “Encargos com emissão de empréstimos” são respeitantes ao impacto do cálculo do custo amortizado associado aos financiamentos obtidos nesta data.

Empréstimos bancários

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o detalhe dos empréstimos bancários (excluindo programas de papel comercial) era como segue:

Empresa	31-12-2022			
	Limite	Montante utilizado	Corrente	Não corrente
CIN Valentine	2 500 000	1 256 086	1 256 086	-
CIN SA	1 000 000	638 594	638 594	-
Boero Bartolomeo	46 300 000	12 977 000	9 658 000	3 319 000
Soritec	250 000	1 428	1 428	-
CIN Celliose	3 324 745	3 324 745	886 662	2 438 083
Nasa	100 889	100 889	100 889	-
	<u>53 475 634</u>	<u>18 298 741</u>	<u>12 541 659</u>	<u>5 757 083</u>

Empresa	31-12-2021			
	Limite	Montante utilizado	Corrente	Não corrente
CIN Valentine	2 500 000	1 908 748	1 908 748	-
CIN SA	1 000 000	558 540	558 540	-
Boero Bartolomeo	47 300 000	11 019 000	6 526 000	4 493 000
Soritec	260 180	135 535	135 535	-
CIN Celliose	3 763 173	3 763 173	438 429	3 324 744
Nasa	302 140	302 140	201 251	100 890
	<u>55 125 494</u>	<u>17 687 136</u>	<u>9 768 502</u>	<u>7 918 634</u>

Os financiamentos obtidos de instituições de crédito acima referidos venciam juros a taxas de mercado.

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
 Em 31 de Dezembro de 2022
 (montantes expressos em euros)

Papel Comercial

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os Programas de papel eram como segue:

Emissão	31-12-2022				
	Montante total do programa	Valor Nominal da emissão	Corrente	Não corrente	Juros
CIN- Corporação Industrial do Norte, S.A					
Contrato (30.000.000 Euros)					
50 ^a Emissão	30 000 000	4 500 000	-	4 500 000	17 709
Contrato (12.500.000 Euros)					
2 ^a Emissão	12 500 000	12 500 000	-	12 500 000	72 719
Contrato (20.000.000 Euros)					
111 ^a Emissão	20 000 000	15 000 000	-	15 000 000	19 375
Contrato (12.500.000 Euros)	12 500 000	-	-	-	-
Contrato (10.000.000 Euros)	10 000 000	-	-	-	-
Contrato (10.000.000 Euros)	10 000 000	-	-	-	-
Contrato (10.000.000 Euros)	10 000 000	-	-	-	-
Contrato (10.000.000 Euros)	10 000 000	-	-	-	-
Cin Valentine SL					
Contrato (20.000.000 Euros)					
118 ^a Emissão	Contrato Grupado	1 500 000	-	1 500 000	1 208
Amida Inversiones					
Contrato (20.000.000 Euros)					
116 ^a Emissão	Contrato Grupado	3 500 000	-	3 500 000	4 229
	115 000 000	37 000 000	-	37 000 000	115 241
Emissão	31-12-2021				
	Montante total do programa	Valor Nominal da emissão	Corrente	Não corrente	Juros
CIN- Corporação Industrial do Norte, S.A					
Contrato (28.000.000 Euros)					
37 ^a Emissão	28 000 000	16 000 000	16 000 000	-	9 994
Contrato (12.500.000 Euros)					
37 ^a Emissão	12 500 000	9 500 000	9 500 000	-	9 896
38 ^a Emissão		3 000 000	3 000 000	-	1 510
Contrato (20.000.000 Euros)					
111 ^a Emissão	20 000 000	15 500 000	-	15 500 000	19 375
Contrato (10.000.000 Euros)					
37 ^a Emissão	10 000 000	4 500 000	-	4 500 000	2 813
Contrato (10.000.000 Euros)					
6 ^a Emissão	10 000 000	10 000 000	10 000 000	-	25 000
Contrato (10.000.000 Euros)					
4 ^a Emissão	10 000 000	10 000 000	-	10 000 000	5 000
Contrato (10.000.000 Euros)					
Sem emissões à data	10 000 000	-	-	-	-
Contrato (10.000.000 Euros)					
Sem emissões à data	10 000 000	-	-	-	-
Cin Valentine SL					
Contrato (20.000.000 Euros)					
110 ^a Emissão	Contrato Grupado	1 000 000	-	1 000 000	1 208
Amida Inversiones					
Contrato (20.000.000 Euros)					
91 ^a Emissão	Contrato Grupado	3 500 000	-	3 500 000	4 229
	110 500 000	73 000 000	38 500 000	34 500 000	79 025

Os saldos das emissões de Papel Comercial estão subjacentes aos seguintes contratos de Programas de emissão de Papel Comercial:

Empresa	Montante Total do Programa	Data de Início	Validade
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	30.000.000	Junho de 2017	Junho de 2029
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	20.000.000	Setembro de 2020	Janeiro de 2024
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	12.500.000	Julho de 2022	Julho de 2029
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	12.500.000	Fevereiro de 2022	Fevereiro de 2025
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	10.000.000	Julho de 2022	Julho de 2027
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	10.000.000	Mai de 2017	Mai de 2024
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	10.000.000	Junho de 2016	Julho de 2024
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	10.000.000	Março de 2020	Março de 2025
	<u>115.000.000</u>		

De acordo com as condições dos contratos dos Programas de Papel Comercial, as emissões podem ser efectuadas até um ano, até ao limite contratado, tendo as instituições financeiras assumido a garantia de colocação integral de cada emissão a efectuar no âmbito dos contratos.

É intenção do Conselho de Administração da CIN utilizar os Programas acima referidos num período superior a doze meses.

Empréstimos obrigacionistas

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, as emissões de empréstimos obrigacionistas eram como segue:

Empréstimos por obrigações	31-12-2022	31-12-2021	Data início	Data fim
CIN 2021/26	45.000.000	45.000.000	06-12-2021	06-12-2026
CIN 2020/25	20.000.000	20.000.000	10-01-2020	10-01-2025
CIN 2020/25	5.000.000	5.000.000	30-03-2020	30-03-2025
CIN 2020/25	15.000.000	15.000.000	18-03-2020	18-03-2025
CIN 2022/27	40.000.000	-	12-05-2022	12-05-2027
	<u>125.000.000</u>	<u>85.000.000</u>		

O empréstimo obrigacionista denominado CIN 2020/25 com data de início em 18-03-2020 integra um vencimento corrente de 5.000.000 Euros.

Estes empréstimos, de acordo com as suas condições vencem juros indexados à Euribor.

Subsídios ao Investimento – Portugal 2020

Financiamento no valor total de 3.040.357 Euros do qual ainda se encontra em dívida o valor de 2.762.278 Euros relativo à candidatura N° 24285 efectuada pela CIN – Corporação Industrial do Norte, S.A.. A data para o primeiro reembolso corresponde ao número 1 da cláusula 7ª do contrato de investimento, segundo a qual: “o incentivo reembolsável é atribuído pelo prazo total de 8 anos, no qual se inclui um período de carência de

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
 Em 31 de Dezembro de 2022
 (montantes expressos em euros)

2 anos. Este prazo é contado: (i) deste a data em que o primeiro pagamento do Incentivo Reembolsável seja efectuado; ou (ii) desde o termo do exercício subsequente à entrada em vigor do presente contrato; consoante o que ocorrer em primeiro lugar.

Plano de Reembolso

Em 31 de Dezembro de 2022, os programas de papel comercial e os empréstimos obrigacionistas classificados como não correntes, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto, pressupondo a utilização total dos mesmos até ao final do seu prazo:

	Taxa de Juro efectiva média	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Total
Amortização		-	45.500.000	70.900.000	53.400.000	48.400.000	8.400.000	8.400.000	235.000.000
Juros	3,34%	7.115.739	6.653.643	4.678.366	4.371.610	1.652.386	469.839	141.327	25.082.908
		7.115.739	52.153.643	75.578.366	57.771.610	50.052.386	8.869.839	8.541.327	260.082.908

A reconciliação dos passivos decorrentes das actividades de financiamento em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 é como se segue:

<u>Financiamentos Obtidos</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo em 01 de Janeiro	177 868 354	140 800 876
Variação do perímetro (Nota 5)	-	11 585 000
Fluxos de caixa:		
Recebimentos de financiamentos obtidos	71 134 777	115 151 725
Pagamentos de financiamentos obtidos	(66 434 464)	(89 197 746)
Actualização cambial dos financiamentos obtidos	-	3 142
Encargos com emissão de empréstimos	388 661	(474 643)
<u>Saldo em 31 de Dezembro</u>	<u>182 957 328</u>	<u>177 868 354</u>

Outras Obrigações

A 31 de Dezembro de 2022 existem operações de financiamento com covenants financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis, e que à data do presente reporte se encontram em regular cumprimento por parte do Grupo.

Nesta data, o Grupo possui um Rácio de Autonomia Financeira de 30,20% determinado como a proporção do Capitais Próprios sobre os Activos Totais da Entidade.

Autonomia Financeira

	31-12-2022	31-12-2021
Capital próprio	129 449 535	115 729 300
Ativos Totais	428 659 936	411 530 806
Rácio de Autonomia Financeira	30,20%	28,12%

O Grupo possui ainda, nesta data, um Rácio de "Net Debt to EBITDA" de 2,65 determinado como a proporção da dívida líquida sobre o EBITDA.

"Net Debt to EBITDA"

	31-12-2022	31-12-2021
Empréstimos bancários (Nota 24)		
Não Corrente	164.358.569	129.735.748
Corrente	18.598.759	48.132.606
	182.957.328	177.868.354
Locação operacional (Nota 9)		
Não Corrente	8.186.822	6.131.340
Corrente	5.034.791	4.496.571
	13.221.613	10.627.911
Caixa e equivalentes a caixa (Nota 20)	(47.590.247)	(41.385.237)
Outros activos financeiros (Nota 13)	(7.086.355)	(9.842.950)
Dívida Líquida	141.502.338	137.268.078
Resultados operacionais	34.177.732	32.891.668
Amortizações e depreciações (Nota 6, 8)	18.038.431	17.817.501
Provisões e perdas por imparidade (Nota 30)	1.102.231	6.298.678
EBITDA	53.318.394	57.007.848
Rácio de "Net Debt/EBITDA"	2,65	2,41

25. RESPONSABILIDADES COM PENSÕES

O Grupo CIN em vigor vários planos de benefícios de reforma definidos, os quais podem ser decompostos como segue:

	31-12-2022	31-12-2021
Fundo de Pensões CIN	5.805.624	3.634.076
Fundo de Pensões Boero Bartolomeo	1.117.000	1.378.000
	6.922.624	5.012.076

Fundo de Pensões CIN:

O Fundo de Pensões CIN, constituído por escritura de 31 de Dezembro de 1987 e administrado pela "SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.", destina-se a garantir aos trabalhadores que se reformem a partir daquela data, por invalidez ou por velhice, o direito a um complemento de reforma, pago

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
 Em 31 de Dezembro de 2022
 (montantes expressos em euros)

mensalmente, cujo valor tem por base o vencimento ilíquido à data de reforma e é igual ao produto dos anos de serviço por 0,5% no máximo de 12,5% daquele vencimento.

De acordo com o relatório actuarial realizado pela sociedade gestora do Fundo, o valor actual das responsabilidades por serviços passados com os colaboradores no activo e com os reformados em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, era como segue:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Activos	8.458.953	7.201.427
Reformados	<u>3.529.910</u>	<u>3.319.387</u>
	<u>11.988.863</u>	<u>10.520.814</u>

Aquelas responsabilidades foram determinadas em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 com base no método de cálculo "Projected Unit Credit", tendo sido utilizada a tábua de mortalidade TV 88/90 e de invalidez SCOR, bem como foram assumidos como pressupostos, taxas de crescimento salarial de 0,5% (0,5% em 2021), taxas de rendimento do fundo de 3,58% (3,60% em 2021), taxa zero de crescimento das pensões em pagamento, taxa de juro técnica de 3,58% (3,60% em 2021) e tabela de "turnover" estimada a partir da realidade verificada nas Associadas do Fundo entre 1994 e 2021.

O movimento das responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 pode ser resumido como segue:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Responsabilidades por serviços passados em 1 Janeiro	10 520 814	8 467 424
Custo dos serviços correntes	244 754	184 978
Custo dos juros	368 839	325 463
Perdas (ganhos) actuariais	1 206 092	1 866 674
Complementos de reforma pagos	<u>(351 635)</u>	<u>(323 725)</u>
Responsabilidades por serviços passados em 31 Dezembro	<u>11 988 863</u>	<u>10 520 814</u>

Os movimentos da situação patrimonial do fundo durante os exercícios de 2022 e 2021 foram como segue:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Saldo em 1 de Janeiro	6.886.738	6.744.527
Contribuições	-	-
Retorno Esperado	242.213	263.307
(Ganhos) e Perdas Financeiros	(611.299)	202.577
Complementos de reforma pagos	<u>(351.635)</u>	<u>(323.725)</u>
Diferença relativa à valorização do ano anterior	17.222	51
Saldo estimado em 31 de Dezembro	<u>6.183.241</u>	<u>6.886.738</u>

O Grupo mantém registado na rubrica "Responsabilidades com pensões" o montante necessário para a cobertura das responsabilidades por serviços passados não cobertos pela situação patrimonial do Fundo, em conformidade com o estudo actuarial reportado a 31 de Dezembro de 2022, ascendendo o saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2022 a 5.805.624 Euros (3.634.076 Euros em 31 de Dezembro de 2021).

O movimento ocorrido durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 na rubrica do passivo “Responsabilidades com pensões” relativo a benefícios de reforma não cobertos pelo património do Fundo de Pensões, foi como segue:

	31-12-2022	31-12-2021
Saldo em 1 de Janeiro	3.634.076	1.722.896
Custos com o pessoal	371.380	247.134
Outro rendimento integral	1.817.391	1.664.096
Diferença relativa à valorização do ano anterior	(17.222)	(51)
Saldo em 31 de Dezembro	5.805.624	3.634.076

Extinção do Fundo de Pensões CIN e CIN Industrial Coatings

Os Conselhos de Administração da CIN e CIN Industrial Coatings deliberaram, no ultimo trimestre de 2022, proceder à extinção dos respectivos Fundos de Pensões, depois de analisados e ponderados os condicionalismos e conjuntura de ordem jurídica, social e económica relativos aos mesmos, dado que as alterações legislativas ocorridas e os consequentes condicionalismos impostos sobre o financiamento dos Fundos de Pensões agravaram a sua situação de insuficiência financeira, cujo financiamento e reestruturação, propostos pela Entidade Gestora, não foram aceites por implicarem o pagamento imediato de elevados valores, sem quaisquer benefícios imediatos para a maioria dos colaboradores das empresas, cujas necessidades actuais privilegiam instrumentos de compensação com um maior grau de imediatismo e certeza, bem como o pagamento futuro de contribuições de difícil cálculo e controlo, implicando uma insegurança total dos respectivos custos de financiamento.

Seguir-se-á a liquidação do património dos Fundos, que será repartido de acordo com o estabelecido no artigo 41.º do RJFP, aprovado pela Lei n.º 27/2020, de 23 de Julho.

Fundo de Pensões Boero:

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 rubrica relativa ao Fundo de Pensões do Grupo Boero apresenta o seguinte movimento:

	31-12-2022	31-12-2021
Saldo inicial	1 378 003	1 466 686
Custo dos serviços correntes	884 954	916 664
Perdas (ganhos) actuariais	(77 043)	35 375
Complementos de reforma pagos	(1 068 914)	(1 040 722)
Saldo final	1 117 000	1 378 003

Como contemplado pela IAS 19, com início em 2013, os ganhos e perdas actuariais em virtude da reavaliação da taxa utilizada no processo de descontos de “benefícios de empregados” (provisão FGTS) foram reconhecidos na demonstração de rendimento integral.

A aplicação retrospectiva estipulada pela norma contabilística IAS 8 veio em virtude das reservas à data de referência de 1 Janeiro de 2012.

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
 Em 31 de Dezembro de 2022
 (montantes expressos em euros)

Os principais pressupostos são os seguintes:

	31-12-2022	31-12-2021
Taxa de mortalidade	Tables IPS55	Tables IPS55
	INPS tables	INPS tables
Taxa de incapacidade	divided by age and sex	divided by age and sex
Taxa de rotatividade de pessoal	3,00%	3,00%
Taxa de desconto	3,63%	0,98%
Taxa de aumento anual por indemnizações por cessação	3,23%	2,81%
Taxa de aumento de salário	2,50%	2,50%
Taxa de adiantamentos	0,00%	0,00%
Taxa de inflação	2,30%	1,75%

A taxa de desconto à data de 31-12-2022 é de 3.63% pelo "*Iboxx Corporate benchmark index*", com a duração de 7-10 anos e um rating de AA e a taxa de desconto à data de 31-12-2021 é de 0.98% pelo "*Iboxx Corporate benchmark index*", com a duração de 10+ anos e um rating de AA.

26. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades do Grupo, tendo a seguinte composição:

Fornecedores	31-12-2022	31-12-2021
Fornecedores c/c	53.259.090	59.808.362
Fornecedores fact. em recep. e conf.	3.817.907	3.160.794
	<u>57.076.997</u>	<u>62.969.156</u>

Em 31 de Dezembro de 2022 as facturas descontadas em Confirming na rubrica de "Fornecedores, conta corrente" corresponde, a aproximadamente, 2 milhões de Euros.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os valores a pagar a fornecedores têm um vencimento inferior a 4 meses.

27. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
<u>Corrente</u>		
Fornecedores de Imobilizado	3.109.827	1.118.417
Saldos credores de clientes	180.163	445.084
Pessoal	1.374.990	951.229
Comissões Revendedores	1.469.912	1.459.639
Outros	<u>620.814</u>	<u>1.116.051</u>
	<u>6.755.707</u>	<u>5.090.420</u>

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 as Comissões Revendedores correspondem à especialização de encargos com comissões devidos por entidades do Grupo Boero Bartolomeo.

Os montantes a pagar a fornecedores de imobilizado têm um vencimento inferior a 4 meses.

28. ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tinham a seguinte composição:

	<u>Activo</u>		<u>Passivo</u>	
	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas	2.370.891	1.277.812	(3.052.082)	(2.393.562)
Imposto sobre o Valor Acrescentado	783.567	1.879.806	(1.058.863)	(1.983.908)
Contribuições para a Segurança Social	-	-	(2.206.886)	(2.514.580)
Retenções de Impostos sobre o rendimento	536.113	525.728	(1.149.830)	(983.383)
Outros impostos	<u>276.337</u>	<u>241.159</u>	<u>(49.949)</u>	<u>(62.162)</u>
	<u>3.966.908</u>	<u>3.924.505</u>	<u>(7.517.610)</u>	<u>(7.937.595)</u>

29. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Custos a pagar:		
Remunerações a liquidar	6.261.875	6.447.704
Rappel a pagar a clientes	499.314	595.305
Fornecimentos e serviços externos	853.963	1.566.453
Outros	<u>2.519.831</u>	<u>2.986.217</u>
	<u>10.134.982</u>	<u>11.595.679</u>
Proveitos diferidos:		
Outros proveitos diferidos	<u>66.409</u>	<u>67.552</u>
	<u>66.409</u>	<u>67.552</u>
	<u>10.201.393</u>	<u>11.663.232</u>

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de Dezembro de 2022
(montantes expressos em euros)

O montante de “Rappel a pagar a clientes” refere-se a créditos a emitir a clientes no início do ano seguinte, de acordo com as condições comerciais acordadas.

A rubrica de “Outros” em Custos a pagar contempla em 31 de Dezembro de 2022 um montante de 2.442.954 Euros de gratificações a pagar ao pessoal (2.908.704 Euros em 2021).

30. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022				
	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações	Diminuições	Saldos finais
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Notas 17 e 18)	14.746.114	2.731.435	(842.991)	(713.333)	15.921.224
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 16)	6.999.265	2.749.657	(864.445)	(2.635.310)	6.249.166
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos disponíveis para venda (Nota 13)	2.140.995	255.000	-	-	2.395.995
Perdas por imparidade em Propriedades de Investimento (Nota 10)	1.683.561	-	-	-	1.683.561
Perdas por imparidade acumuladas em Goodwill (Nota 7)	3.500.000	-	-	-	3.500.000
Perdas por imparidade acumuladas em Activos não correntes (Nota 6)	-	5.500.000	-	-	5.500.000
Provisões	4.514.003	226.995	(266.626)	(1.518.110)	2.956.262

	2021					
	Saldos iniciais	Var. Perímetro	Aumentos	Utilizações	Diminuições	Saldos finais
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Notas 17 e 18)	11 397 245	2 603 620	2 526 597	(895 874)	(885 473)	14 746 114
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 16)	6 615 589	1 637 076	4 043 761	-	(5 297 161)	6 999 265
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos disponíveis para venda (Nota 13)	2 021 601	-	155 000	(35 606)	-	2 140 995
Perdas por imparidade em Propriedades de Investimento (Nota 10)	-	-	1 683 561	-	-	1 683 561
Perdas por imparidade acumuladas em Goodwill (Nota 7)	-	-	3 500 000	-	-	3 500 000
Provisões	3 854 350	1 775 000	578 653	(1 687 740)	(6 260)	4 514 003

As “Perdas por imparidade acumuladas” encontram-se registadas no balanço consolidado anexo a deduzir ao valor do correspondente activo.

31. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, foi como segue:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Mercado interno	343 664 691	313 954 407
Mercado externo	<u>45 279 687</u>	<u>37 699 847</u>
	<u>388 944 378</u>	<u>351 654 254</u>

O Grupo define como mercado interno as vendas efectuadas nos países onde detém as suas operações (Nota introdutória).

32. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Outros proveitos operacionais” tinha a seguinte composição:

<u>Outros proveitos operacionais</u>	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Trabalhos para a própria entidade	73.366	125.461
Royalties cobrados	211.088	94.748
Redêbitos de custos de transportes e outros serviços	661.036	487.089
Rendas cobradas	310.395	341.294
Alienação Propriedades de Investimento (Nota 10)	37.448	1.684.081
Alienação Ativos Fixos Tangíveis (Nota 6)	1.954.390	-
Subsídios Obtidos	739.377	127.920
Diferenças de câmbio favoráveis	443.837	650.099
Badwill (Nota 5)	-	7.908.547
Outros Proveitos Operacionais	<u>1.396.221</u>	<u>916.459</u>
	<u>5.827.158</u>	<u>12.335.698</u>

33. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Custos e perdas:		
Juros suportados	2.749.801	2.314.595
Outros custos e perdas financeiras	<u>2.733.741</u>	<u>2.037.715</u>
	5.483.542	4.352.311
Resultados financeiros	<u>(3.570.538)</u>	<u>(4.049.879)</u>
	<u>1.913.005</u>	<u>302.432</u>
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos	394.977	302.321
Outros proveitos e ganhos financeiros	<u>1.518.028</u>	<u>111</u>
	<u>1.913.005</u>	<u>302.432</u>

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
 Em 31 de Dezembro de 2022
 (montantes expressos em euros)

Os Outros proveitos e ganhos financeiros registados no exercício de 2022 referem-se essencialmente aos dividendos recebidos do Grupo Média Capital no montante de 1,1 milhão de Euros.

34. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, são detalhados como segue:

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Imposto corrente	8 206 266	5 925 832
Imposto diferido (Nota 14)	(51 141)	367 017
	<u>8 155 125</u>	<u>6 292 849</u>

35. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros em 31 de Dezembro de 2022 tinha a seguinte composição:

<u>Composição</u>	<u>Geografia</u>	<u>31-12-2022</u>
Alfandega de Leixões	Portugal	24.939
Camara Municipal Maia	Portugal	75.000
Outras	Portugal	40.117
Agencia Catalada D L'aigua	Espanha	60.000
Solrede	Espanha	64.599
Ayuntamiento de Montcada	Espanha	51.320
Armazém Tortona	Itália	90.000
Outras	Itália	51.000
		<u>456.975</u>

36. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado pelo número médio de acções existentes durante o exercício.

	<u>31-12-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Resultados:		
Resultado líquido do exercício	21.854.302	21.948.718
Número de acções		
Número médio ponderado de acções em circulação	25.000.000	25.000.000
Resultado por acção básico e diluído	<u>0,874</u>	<u>0,878</u>

37. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Liquidações de Impostos:

No exercício de 2002, no âmbito do “Regime Excepcional de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança Social” (Decreto-Lei 248-A/2002 de 14 de Novembro), e no exercício de 2013, no âmbito do “Regime Excepcional de Regularização de Dívidas” (Decreto-lei n.º 36/2013, de 24 de Setembro), a Empresa procedeu ao pagamento, no montante de 443.745 Euros, de liquidações adicionais em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, as quais tinham sido anteriormente reclamadas junto das autoridades competentes.

Contingência legal em Espanha:

Na data de aprovação destas contas, a empresa do Grupo, CIN Valentine, S.A., é co-demandada em diversos litígios em curso, interpostos contra a modificação do “Plan General Metropolitano” para o terreno em que foi construída a unidade de produção que a Empresa actualmente opera.

Em 17 de Dezembro de 2019, a Câmara do Supremo Tribunal de Justiça da Catalunha emitiu uma decisão pela qual confirmou o recurso apresentado pela Câmara Municipal de La Llagosta, declarando a nulidade da modificação pontual da Assembleia Geral para o Plano Metropolitano da área de Montcada Norte- Parque de la Riera Seca, de Montcada.

A Empresa não fazendo parte do processo desconhece os termos específicos em que o referido recurso foi suscitado.

Por outro lado, não há registo de que o Conselho Municipal de La Llagosta ou qualquer outra entidade ou pessoa interessada tenha instado (ou o Conselho Municipal de Montcada tenha iniciado *motu proprio*) a execução da referida decisão do Supremo Tribunal de Justiça da Catalunha número 1133/2020, de 17 de Dezembro de 2019. Consequentemente, apesar da situação acima mencionada, o Conselho de Administração da Empresa e seus assessores jurídicos consideram que as licenças concedidas são plenamente válidas e eficazes, na medida em que não há resolução administrativa da Câmara Municipal de Montcada ou resolução judicial de um Tribunal competente.

O Conselho de Administração da Empresa e os seus assessores jurídicos consideram ainda que, no caso de não ser viável, por parte dos Organismos competentes, aprovar uma nova modificação do Plano Geral Metropolitano que forneça protecção legal às licenças concedidas e que a Câmara Municipal de La Llagosta insista na execução da sentença exigindo o encerramento e demolição das instalações da subsidiária CIN Valentine, a Empresa teria direito a ser indemnizada, quer por danos patrimoniais existentes (despesas com materiais, de construção, de projecto, demolição, etc.) quer por lucros cessantes que possam resultar, de acordo com a regulamentação aplicável.

O Grupo não tem conhecimento de outros litígios ou contingências que possam ter um impacto significativo nessas contas anuais.

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
 Em 31 de Dezembro de 2022
 (montantes expressos em euros)

38. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da CIN (Empresa-mãe) nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 foram como segue:

	31-12-2022	31-12-2021
Conselho de Administração	732.880	710.000
Conselho Fiscal	24.960	24.000
Assembleia Geral	7.800	5.000

39. TRABALHADORES AO SERVIÇO

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o número de trabalhadores ao serviço das empresas incluídas na consolidação foi de 1.627 e 1.629, respectivamente.

40. PARTES RELACIONADAS

Os termos ou condições praticadas entre o Grupo e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Consideram-se como partes relacionadas as empresas abaixo referidas, incluídas nas respectivas categorias:

- Empresas – Mãe (accionistas)
- Outras partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 foram efectuadas as seguintes transacções com partes relacionadas:

	31-12-2022			
	Compras de inventários	Vendas de inventários	Serviços obtidos	Outros Rend. Obtidos
Cenaris, Gmbh	-	(11.853.927)	-	-
Chugoku - Boat Italy S.p.A.	4.597	(6.017.352)	(108.614)	(71.868)
	<u>4.597</u>	<u>(17.871.280)</u>	<u>(108.614)</u>	<u>(71.868)</u>
	31-12-2021			
	Compras de inventários	Vendas de inventários	Serviços obtidos	Outros Rend. Obtidos
Cenaris, Gmbh	-	(10.047.125)	-	-
Chugoku - Boat Italy S.p.A.	27.815	(4.678.834)	(30.600)	(65.289)
	<u>27.815</u>	<u>(14.725.959)</u>	<u>(30.600)</u>	<u>(65.289)</u>

Durante o exercício de 2022 foram distribuídos pela Empresa, dividendos de 7,5 milhões de euros aos detentores do respectivo capital social. Adicionalmente a Boero distribuiu 350 mil euros de dividendos aos detentores dos interesses sem controlo dessa subsidiária. Ainda no corrente exercício o Grupo recebeu 1,1 milhões de Euros de dividendos da Media Capital (nota 33).

Para além das transacções acima identificadas, não existiram transacções com outras entidades relacionadas ou com administradores do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 o Grupo apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	31-12-2022			
	Clientes	Fornecedores	Outros credores	Outros devedores
Cenaris, Gmbh	580.684			
Chugoku - Boat Italy S.p.A.	1.122.062	(66.845)	-	-
	<u>1.702.747</u>	<u>(66.845)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	31-12-2021			
	Clientes	Fornecedores	Outros credores	Outros devedores
Cenaris, Gmbh	297.464	-	-	-
Chugoku - Boat Italy S.p.A.	1.230.819	(115.256)	-	(14.280)
	<u>1.528.283</u>	<u>(115.256)</u>	<u>-</u>	<u>(14.280)</u>

41. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Fevereiro de 2023. Adicionalmente, as demonstrações financeiras anexas em 31 de Dezembro de 2022 estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Grupo entende que as mesmas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

42. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme descrito na nota 25, os Conselhos de Administração da CIN e CIN Industrial Coatings deliberaram em 2022 proceder à extinção dos respectivos Fundos de Pensões.

O requerimento à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF"), com o pedido de aprovação da proposta do contrato de extinção, foi apresentado em 08 de Fevereiro de 2023, de acordo com o previsto no número 2 do artigo 39º do Regime Jurídico dos Fundos de Pensões em anexo à Lei 27/2020, de 23 de julho, não tendo sido obtida até à data um parecer sobre o referido pedido, motivo pelo qual o Conselho de Administração decidiu manter registado o valor de provisões para com responsabilidades de pensões no montante de 5.096.197 Euros (Nota 25) com efeitos a 31 de Dezembro de 2022.

Além do referido, não foram identificados outros eventos subsequentes, ajustáveis ou divulgáveis.

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de Dezembro de 2022
(montantes expressos em euros)

43. INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

O Grupo adopta as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objectivo de cumprir com a legislação vigente.

Em relação a esta matéria, importa salientar que o Grupo CIN se encontra a monitorizar e a tomar as medidas necessárias e adequadas relativamente às imposições previstas no Decreto-Lei nº 181/2006, de 6 de Setembro, nomeadamente quanto aos limites do teor total de compostos orgânicos voláteis ("COV") nas tintas decorativas e vernizes, tendo em vista prevenir ou reduzir a poluição atmosférica devida à formação de ozono troposférico resultante das emissões dos COV.

O Conselho de Administração do Grupo CIN não estima que existam riscos relacionados com a protecção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contra-ordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2022.

Maia, 28 de Fevereiro de 2023

A CONTABILISTA CERTIFICADA nº 63002

Paula Macedo

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Fialho Martins Serrenho
Presidente

João Luís Baldaque Da Costa Serrenho
Vice-Presidente

Maria Francisca Fialho Martins Serrenho Bulhosa
Vogal

Maria João Serrenho dos Santos Lima
Vogal

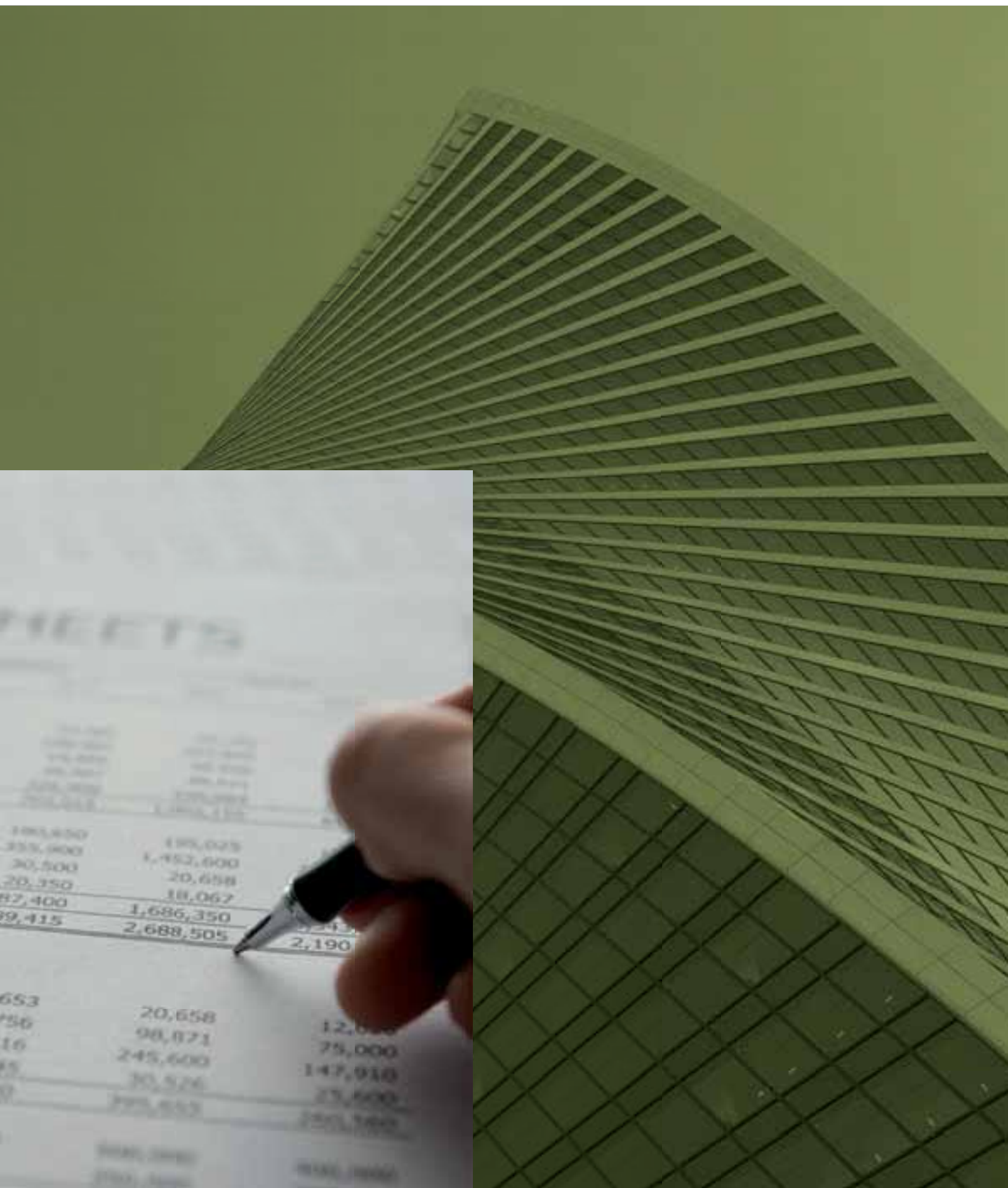
Ângelo Barbedo César Machado
Vogal

Fernando Jorge De Almeida Ferreira
Vogal

Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro
Vogal

Certificação Legal





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da CIN – Corporação Industrial do Norte, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 428.659.936 euros e um total de capital próprio de 129.449.535 euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos acionistas da empresa-mãe de 21.854.302 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da CIN – Corporação Industrial do Norte, S.A., S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

Conforme referido na Nota 6 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2022 o Grupo efetuou o registo de uma perda de imparidade sobre os ativos fixos tangíveis de uma subsidiária no montante de 5.500.000 Euros (4.700.000 Euros, líquido de passivos por impostos diferidos associados a uma operação de concentração realizada em exercícios anteriores), tendo o referido registo sido efetuado por contrapartida de capitais próprios e não por contrapartida do Resultado líquido do Exercício, conforme previsto no normativo contabilístico aplicável.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes das entidades que compõe o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matricula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto ao efeito da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 9 de março de 2023

Deloitte & Associados, SROC S.A.



CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE S.A.

Av. de Dom Mendo, 831 (antes EN13 km6) - 4474 ▪ 009 Maia (Portugal)

T +351 229 405 000 (Chamada para a rede fixa nacional) ▪ customerservice@cin.com

www.cin.com